

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	3
2 - A IMPORTÂNCIA DO NOVO TESTAMENTO	3
3 - OS EVANGELHOS E SUA COMPOSIÇÃO	5
3.1. EVANGELHOS SINÓTICOS	5
3.2. MATEUS	6
3.3. MARCOS.....	6
3.4. LUCAS.....	6
4 - O EVANGELHO E SUA AUTORIA	6
4.1. POR QUE APENAS QUATRO EVANGELHOS?	8
4.2. UM OU QUATRO EVANGELHOS?	9
4.3. OS “PROBLEMAS” DOS SINÓTICOS	10
4.4. A CRÍTICA DA FORMA	10
4.5. A CRÍTICA DA REDAÇÃO.....	11
4.6. A CRÍTICA DAS FONTES	11
5 - OS EVANGELHOS E SUA DATAÇÃO	13
6 - O CÂNON NEOTESTAMENTÁRIO	15
6.1. COMO SE FORMOU O CÂNON?	16
6.2. OS PRINCÍPIOS USADOS NO CRITÉRIO DE SELEÇÃO	17
6.3. OS PRIMEIROS CÂNONES	18
6.4. POR QUE HOVE DEMORA NA ACEITAÇÃO DE ALGUNS LIVROS?	19
6.5. O NOVO TESTAMENTO É CONFIÁVEL?.....	21
6.6. AS VARIANTES	22
7 - O JESUS HISTÓRICO VERSUS O JESUS DA FÉ	23
7.1. MANIPULANDO O JESUS HISTÓRICO	24
7.2. O JESUS HISTÓRICO VERSUS O JESUS REAL	24
7.3. A BUSCA PELO JESUS HISTÓRICO	25
7.4. O JESUS DA HISTÓRIA É O MESMO JESUS DA FÉ?	25
8 - JESUS E SUA HISTORICIDADE.....	26
8.1. FONTES JUDAICAS - FLÁVIO JOSEFO	26
8.2. TALMUDE	27
8.3. FONTES PAGÃS - PLÍNIO.....	27
8.4. TÁCITO	27
8.5. LUCIANO DE SAMOSATA	28
8.6. SUETÔNIO.....	28
8.7. TALO.....	28
8.8. MARA BAR-SERAPIÃO - 73 D.C. (?)	28
8.9. JUSTINO, O MÁRTIR	29
8.10. POR QUE HÁ POUCOS REGISTROS SOBRE JESUS NA HISTÓRIA SECULAR?	29
8.11. JESUS, UM MITO?	29
9 - JESUS: SEU NASCIMENTO FOI UMA LENDA?	32
9.1. EGITO	32
9.2. MESOPOTÂMIA	32
9.3. ROMA ANTIGA	32
9.4. OS APÓSTOLOS OUSARIAM APELAR PARA UMA MITOLOGIA PAGÃ?	32
9.5. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES	33
10 - JESUS E SEUS MILAGRES	35
10.1. OS MILAGRES SÃO CONTRÁRIOS ÀS LEIS DA NATUREZA.....	35

10.2.	OS MILAGRES FORAM PROJETADOS PELOS DISCÍPULOS.....	36
10.3.	AS CURAS ERAM APENAS PSICOSSOMÁTICAS	36
10.4.	OS MILAGRES ERAM FRAUDULENTOS	36
10.5.	MILAGRES NÃO EXISTEM	37
11 -	JESUS - DOS DOZE AOS TRINTA ANOS	37
11.1.	INCONFORMADOS COM O JESUS BÍBLICO	38
11.2.	DOCUMENTOS VERSUS DIVAGAÇÕES	38
11.3.	DOCUMENTOS FIDEDIGNOS VERSUS DOCUMENTOS DUVIDOSOS	39
11.4.	JESUS, O JUDEU DE NAZARÉ DA GALILÉIA	39
11.5.	OS ENSINOS DE JESUS VERSUS HINDUÍSMO E BUDISMO.....	40
12 -	CONCLUSÃO	40

1 - INTRODUÇÃO

Há dois mil anos, surgiu um homem na pequena Galiléia, região da Palestina, que, embora nunca tivesse freqüentado uma universidade de psicologia, reuniu em torno de um único sermão — o “Sermão da montanha” — o antídoto perfeito para as doenças da alma, palavras que nem mesmo todas as teorias de Freud e Jung, juntas, poderiam se equiparar. Jesus Cristo falou de muitas coisas, proferiu vários sermões e realizou inúmeras obras (Jo 21.25).

No entanto, nenhuma dessas coleções de “logias”, como eram chamadas as palavras de Jesus, foram escritas por Ele mesmo. Essa tarefa coube aos seus discípulos.

Os evangelhos de Mateus e João foram escritos por testemunhas in loco dos principais eventos da vida, obra, morte e ressurreição de Jesus. Já os evangelhos de Marcos e Lucas foram escritos por terceiros, que não conviveram diretamente com Cristo. Lucas afirma que compôs seu evangelho depois de ter feito uma acurada pesquisa por meio de testemunhas oculares e o colocou em ordem sistemática (Lc 1.1-4). Uma exceção se faz a Paulo, que não fazia parte do corpo apostólico, mas que recebeu todo o seu “evangelho” por revelação do próprio Jesus (Gl 1.12). Também podemos juntar ao apóstolo Paulo os dois irmãos de Jesus que compuseram duas epístolas do Novo Testamento: Tiago e Judas.

Depois de dois mil anos de esses fatos terem acontecido, é justo perguntar: “São dignos de crédito os livros do Novo Testamento? Podemos aceitá-los como narrativas historicamente confiáveis? Qual é a relação dos ensinamentos contidos no Novo Testamento com sua fidelidade histórica? Essa relação teria alguma importância para a fé cristã?”.

Como estudantes de teologia, devemos acatar as palavras de Judas e Pedro e agir como verdadeiros apologistas da “fé que de uma vez por todas foi entregue aos santos” (Jd 3), para que possamos estar sempre preparados para responder com mansidão e temor e, acima de tudo, de maneira racional, a todo aquele que pedir a razão da esperança que há em nós (1Pe 3.15).

Nesta disciplina, trataremos de assuntos de grande relevância dentro do contexto da apologética clássica. Examinaremos as críticas que freqüentemente são levantadas contra o Novo Testamento, tais como: “Por que o Novo Testamento é considerado um mito por alguns críticos? Podemos encarar a maioria de suas passagens como fatos históricos ou simplesmente alegóricos? Os milagres de Cristo, chamados tecnicamente pelos críticos de novelas, registrados nos evangelhos realmente existiram ou foram invenções de cristãos posteriores?”.

Abordaremos questões cruciais para o cristianismo ortodoxo, como, por exemplo, a historicidade do Novo Testamento, os evangelhos, Jesus e seus “problemas”, tais como: o Jesus histórico versus o Jesus da fé, seus milagres e ressurreição. Também veremos quais são os critérios usados pelos críticos para invalidar o Novo Testamento como documento autenticamente confiável e suas respectivas refutações.

2 - A IMPORTÂNCIA DO NOVO TESTAMENTO

A pessoa de Cristo e sua obra são o foco central do Novo Testamento. Toda a sua mensagem gira em torno de quem é Jesus, o que Ele veio fazer (sua obra) e qual é a nossa posição diante desses dois fatores. Se a mensagem de Cristo é a pedra de toque referente à maior necessidade do ser humano (a salvação de sua alma), então Jesus e sua mensagem devem ser de grande relevância para o ser humano. Esta mensagem crucial está contida na forma escrita dentro de vinte e sete livros. Jesus e o Novo Testamento estão intrinsecamente ligados. Não se pode duvidar de um sem negar o outro, ou vice-versa.

No Antigo Testamento, o termo “testamento” estava relacionado ao pacto que Deus fizera com o povo de Israel. Daí a palavra diatheke significar “aliança”, “concerto” ou

“testamento”. O termo “novo testamento” aponta para a obra de Cristo mediante o seu sacrifício na cruz do Calvário. Assim, quando a coleção dos escritos sagrados cristãos é chamada de Novo Testamento é porque a obra expiatória realizada por Cristo é a mensagem central desses escritos. Isso é comumente chamado de sinédoque, ou seja, uma figura de linguagem consistindo no uso do todo pela parte, do plural pelo singular, do gênero pela espécie, etc. O Novo Testamento já havia sido predito no ministério do profeta Jeremias (Jr 31.31-33).

Todavia, esse novo concerto seria feito com o Israel e Judá literais, não com o Israel espiritual, exceto secundariamente, com os enxertados no Israel literal (Rm 11.16-27). O assunto inteiro do capítulo 31 de Jeremias fala da restauração do Israel literal (Jr 30.4,7,10,18; 31.7,10,11,23,24,27,36).

Os escritores do Novo Testamento, embora sabendo que aquela aliança seria aplicada ao Israel literal, perceberam que ela possuía um alcance maior e mais rico. O próprio Jesus, pouco antes de morrer, disse que nele seria selada a nova aliança (Mt 26.28), que nele se cumpria, de maneira cabal, todas as promessas e profecias da Bíblia. Jesus não veio somente trazer uma nova aliança, antes, essa nova aliança se cumpriu nele. Vejamos:

- O próprio Cristo é a nossa aliança com Deus (Is 42.6; 49.8).
- Ele próprio é o sacrifício dessa aliança (Hb 10.12,14).
- Seu próprio sangue é o sangue que sela essa aliança (Hb 9.14).
- O próprio Jesus é o sacerdote que preside essa aliança (Hb 8.1).
- Ele próprio é o mediador dessa aliança (Hb 12.24).

As promessas dessa aliança não são terrenas e temporais, como vemos em todas as outras alianças feitas com Adão, Noé, Abraão, Moisés e Davi, antes, são eternas e espirituais, por isso são melhores.

A base da antiga aliança eram as dez palavras (Êx 34.27), mas o próprio Jesus, na nova aliança, é a própria Palavra de Deus e, conseqüentemente, a nossa lei (Jo 1.1; Hb 1.1).

A seguir, conforme devemos observar, um contraste entre os dois Testamentos e a importância do Novo em relação ao Antigo:

ANTIGO CONCERTO	NOVO CONCERTO
Dado por Moisés (Jo 1.17)	Dado por Cristo (Hb 8.6; 9.15)
Jugo de servidão (Gl 5.1)	Lei da liberdade (Tg 1.25)
Findou em Cristo (Rm 10.4)	Estabelecido por Cristo (Hb 10.9)
Produz morte (2Co 3.7)	Produz vida (Rm 8.2)
Produz condenação (2Co 3.9)	Produz liberdade (Gl 5.1)
Era sombra (Cl 2.14-17)	É realidade (Hb 10.1-18)
Exige justiça (Lc 10.28)	Oferece justiça (Jo 1.17; 3.16)
Nada aperfeiçoou (Hb 7.19)	Produz perfeição (Hb 7.19)
Veio em glória (2Co 3.7)	Maior glória (2Co 3.8-10)
Pobre para salvar (Hb 9.9)	Salva perfeitamente (Hb 7.25)
Relembra o pecado (Hb 10.3)	Apaga o pecado (Hb 8.12)
Glória encoberta (2Co 3.13)	Reflete glória (2Co 3.8)
Traz maldição (Gl 3.10)	Liberta da maldição (Gl 3.13)
Sob a lei (Rm 6.14,15)	Sob a graça (Gl 3.22-25)
Sem herança (Rm 4.13)	Eterna herança (Hb 9.15)
Ratificado com o sangue de animais (Hb 9.16-18)	Ratificado com o sangue de Jesus Cristo

22)	(Mt 26.26-28)
Produce ira (Rm 4.15)	Livra da ira (Rm 5.9)
Não pode remir (Hb 10.4)	Redime (Gl 3.13; Hb 9.25).
Abolição predita (Os 2.11)	Estabelecimento predito (Hb 8.7)

3 - OS EVANGELHOS E SUA COMPOSIÇÃO

Antes da composição dos primeiros livros do Novo Testamento, a fé e os ensinamentos cristãos eram transmitidos oralmente, ou seja, a mensagem era pregada (Mc 16.15; At 2.14; 6.4; Rm 10.14,15). Os apóstolos e discípulos de Jesus usavam principalmente o Antigo Testamento e seu testemunho vivo de vida para convencer seus patrícios. Após a morte de Jesus, passaram cerca de duas ou três décadas até ser composta a primeira literatura cristã. Esse hiato vagaroso se deu devido a algumas razões básicas:

- Os cristãos se preocupavam mais com a parousia, por isso a pregação oral e rápida do evangelho se fazia necessária (Mt 24.14).
- A maioria dos cristãos era composta de pessoas iletradas, sem qualificações necessárias para levar a cabo tal obra.
- Os apóstolos, testemunhas oculares de Cristo, pois andaram com Ele, ainda estavam vivos.
- O alto custo do material de escrita da época.

Mas não demorou muito e a necessidade de escrever logo se fez sentir dentro da comunidade cristã.

Logo após as cartas de Paulo, os evangelhos foram compostos visando reunir as "logias" (palavras) do Senhor. Lucas, por exemplo, fez uma acurada investigação dos fatos ao recorrer às testemunhas oculares (Lc 1.1-3). Em parte, essa produção foi influenciada pelas distâncias geográficas. A urgência de colocar os ensinamentos dos apóstolos e de Cristo na forma escrita se fez necessária à medida que as comunidades cristãs iam se multiplicando. Além disso, com a morte dos apóstolos, encerrava-se o canal de comunicação vivo e verdadeiro das doutrinas de Cristo. E, já que os judeus tinham seus livros sagrados (Lc 24.27), os cristãos também deveriam possuir os registros sagrados da sua nova religião, e em pé de igualdade com os escritos do Antigo Testamento.

Assim, vieram primeiro as epístolas do apóstolo Paulo, depois, os evangelhos, as epístolas gerais e, por fim, o livro do Apocalipse.

3.1. Evangelhos Sinóticos

Marcos inicia seu evangelho com a seguinte frase: "Princípio do evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus" (RC). O termo euaggelion significa "boas-novas". A princípio, era a mensagem pregada pelos apóstolos sobre a pessoa, a vida e a obra redentora de Jesus Cristo. Com o passar do tempo, essas boas-novas foram assumindo a forma de quatro biografias escritas por autores diferentes, segundo a perspectiva de cada um e para determinado público.

Essas quatro obras são as mais confiáveis e as mais antigas fontes sobre a vida de Cristo. Os evangelhos formam dois grupos: os sinóticos (os três primeiros) e o de João (o quarto).

"Sinótico" é um termo formado por duas palavras gregas syn, que significa "com", e oipsis, que traz a noção de "ótica, vista". Assim, o significado da palavra sinótico é "visão

conjunta". Esse termo parece ter sido aplicado primeiramente pelo crítico textual J. J. Griesbach, por volta de 1774.

Os evangelhos denominados sinópticos compreendem Mateus, Marcos e Lucas, isso porque são uma sinopse da vida e da obra de Cristo. O crítico acima citado e outros estudiosos descobriram muitas semelhanças no conteúdo, na estrutura e no enfoque entre os três evangelhos. Mateus, Marcos e Lucas descrevem a vida de Cristo de maneira harmoniosa, e isso devido à abundância de material em comum que apresentam.

Mateus e Marcos possuem 600 versículos em comum. Marcos e Lucas 350. E Mateus e Lucas 235, os quais faltam em Marcos. Há 31 versículos em Marcos sem coincidir com Mateus ou Lucas.

Somente Mateus e Lucas contam o nascimento e a infância de Jesus, e também sua genealogia. Mateus e Marcos concentram seus evangelhos no ministério que Jesus exerceu na Galiléia. E Lucas, na Peréia. Os outros omitem o ministério da Judéia, exceto a última semana.

Embora formem um todo harmônico quando postos em conjunto, cada um deles, no entanto, produziu seu evangelho de maneira própria, segundo sua ótica. O que falta em um aparece no outro. De modo que as aparentes discrepâncias são, na verdade, complementos das narrativas que formam a biografia de Jesus Cristo.

Há quem interprete os animais de Apocalipse 4.7 (o leão, o boi e a águia) como uma referência ao perfil que os quatro evangelistas quiseram passar de Cristo aos seus destinatários. O leão representa realeza. O boi, Jesus como "servo", o homem Jesus como o filho do Homem. E a águia, Jesus como aquele que veio do alto: o Filho de Deus.

3.2. Mateus

É considerado o autor do primeiro evangelho. Segundo Papias, Mateus escreveu seu evangelho em hebraico. Contudo, a maioria dos estudiosos protestantes não atesta essa procedência, isso porque nenhuma cópia desse evangelho em hebraico foi ainda encontrada. Mateus focaliza Jesus do ponto de vista messiânico. Jesus é o esperado Messias, o rei aguardado pelo povo de Israel, por isso é apresentado pelo autor para uma comunidade judaica. São abundantes os textos-prova do Antigo Testamento invocados por Mateus como auxílio em sua persuasão literária. Uma frase comum no evangelho é: "Ora, tudo isso aconteceu para que se cumprisse o que fora dito" (1.22).

3.3. Marcos

Dos quatro evangelhos, é o menor. Muitos estudiosos acreditam que Marcos foi o primeiro evangelho a ser escrito. Foi dedicado aos romanos, pois apresenta Jesus como "o Servo", aquele que veio realizar as obras divinas (1.14). Possui um teor dinâmico, por isso palavras como "logo" (1.10,18,28) "imediatamente" (1.31), que exprimem ação, são usadas de modo abundante no referido evangelho.

3.4. Lucas

Ao contrário de Mateus, Lucas escreveu seu evangelho aos gentios, por isso muitas palavras são explicadas aos leitores e o vocábulo "gentio" é usado em lugar de termos tipicamente hebraicos. O autor teve o cuidado de inserir o maior número de detalhes em sua obra. Escreveu aos gregos e sua preocupação maior é apresentar Cristo como o Filho do homem (19.10) perfeito, já que os gregos prezavam muito a estética.

4 - O EVANGELHO E SUA AUTORIA

No período em que os evangelhos foram escritos, não existia a lei de copyright, que garante o direito exclusivo ao autor da obra de imprimir, reproduzir ou vender, enfim, de deter exclusivamente seus direitos autorais.

Naquela época remota, sem o recurso da imprensa, quando os livros eram escritos com tintas em pergaminhos ou códices, mais de uma vez a obra de um autor foi atribuída a outro, devido às muitas semelhanças entre elas. E nem mesmo se fazia questão sobre esse assunto, que só ganhou relevância com o advento da imprensa. Por exemplo, Domenico Grasso fornece uma boa lustração a respeito, quando diz: “Durante séculos, acreditou-se que a obra sobre ‘hierarquia celeste’ fosse da autoria de Dionísio Aeropagita, convertido por São Paulo (At 17.34), enquanto se demonstrava pertencer a um filósofo neoplatônico do século 5o, comumente chamado ‘pseudodionísio’. Ainda hoje se discute a autenticidade de algumas obras da antiguidade clássica, conhecidas por *Appendix Vergiliana* e *Epistolae ad Caesarem*, atribuídas a Salústio. O problema da autenticidade de um documento é de enorme importância porque dela depende o seu valor”. E Domenico Grasso chega à seguinte conclusão em relação aos escritos sagrados neotestamentário: “O problema também é válido para os evangelhos. Quem são os seus autores?”.

Existe alguma maneira de sabermos se esses evangelhos foram escritos pelos apóstolos? É bom frisar (e muitos desconhecem este fato) que nenhum dos evangelhos, como os conhecemos hoje, com os títulos de “Evangelho segundo São Mateus (kata Maththaion), São Lucas ou São João”, veio com a assinatura pessoal de seu autor. E, por conta dessa dificuldade, não podemos, apenas pelo recurso literário, saber quem os escreveu. No começo, os evangelhos eram anônimos. Mas isso não quer dizer que não sabemos, com certeza, quem foram seus autores verdadeiros. Por outro lado, repudiamos a idéia maldosa de que a Igreja tenha escolhido, aleatoriamente, tais nomes com o fim de dar autoridade a essas obras.

Além disso, temos outra dificuldade: não possuímos os autógrafos (escritos originais) conforme saíram da pena dos apóstolos. Mas isso não é tão embaraçoso como muitos críticos pensam. Pode ser explicado satisfatoriamente por dois fatores básicos:

O material no qual se escrevia, o papiro, era frágil, que logo se desgastava, portanto, os textos tinham de ser recopiados. Tais cópias eram feitas em rolo de papiro (planta) e, mais tarde, em códices (em formato de livro) com letras unciais (escritos em caracteres maiúsculos) ou em códices minúsculos. Os chamados lecionários (antologias de textos para uso litúrgico) vieram depois, também confeccionados em papiro e, posteriormente, em velino e pergaminho (pele de animais).

As perseguições sofridas pelos cristãos, quando seus escritos sagrados estavam em constante perigo de ser destruídos. Assim, é provável que os cristãos primitivos tenham lido e relido os originais até que eles se gastassem, desfazendo-se por completo. Os evangelhos, contendo o título-nome dos autores, vieram das cópias dos códices antigos. Os dois códices mais importantes do Novo Testamento são: o códice vaticano e o códice sinaítico. Se levarmos em consideração que tais códices vieram de todas as províncias do Império, desde o século 4o até o 9o, somando um total de mais de 4 mil, é incrível como a Igreja primitiva, em todas as partes, aceitou com unanimidade os autores dos quatro evangelhos sem contestação. Isso só pode ter ocorrido devido ao fato de que os títulos muito cedo foram partes integrantes dessas obras.

Grasso ainda afirma: “Ninguém conhece um autor diferente daquele conhecido pelos outros. Se em alguma região viessem a saber que o autor de determinado evangelho não era o mesmo a quem se atribuía sua autoria em outro lugar, era coisa fácil de ser conhecida”.

Todavia, nunca houve divergência no seio da Igreja sobre a autoria dos quatro evangelhos. É improvável até que esses livros tenham circulado durante décadas para somente no século 2o serem estereotipados pela Igreja. Poderia ter havido discordâncias, caso ninguém soubesse quem eram os autores de tais obras.

O papirólogo Carsten Peter Thiede corrobora com essa opinião: “É inconcebível que alguém tivesse ousado inventar candidatos tão improváveis e tão pouco conhecidos como Marcos e Mateus (ou até mesmo Lucas), se estes não tivessem sido realmente os nomes dos autores — ou se, de alguma forma, não tivessem uma ligação direta com aqueles escritos”.

Para que possamos ter uma idéia de como era certa a tradição de a autoria dos evangelhos ser atribuída aos quatro evangelistas, nos basta tão-somente considerarmos o fato de que até mesmo os heréticos aceitavam, sem contestação, que a autoria dos evangelhos procedia, respectivamente, de Mateus, Marcos, Lucas e João.

Irineu, em seu livro apologético, nos assegura que “o valor dos evangelhos é tão grande que recebe o testemunho até dos próprios hereges...”. Prosseguindo, ele diz “que cada um pretendia apoiar suas teorias particulares em um dos evangelhos. Por exemplo, a seita dos ebionitas tinha preferência pelo evangelho de Mateus. O herege Marcião, pelo de Lucas. Já os valentinianos se apegavam ao de João”. Pelo depoimento de Irineu, percebe-se que até mesmo os mais primitivos heréticos aceitavam Mateus, Marcos, Lucas e João como respectivos autores dos quatro evangelhos que levam os seus nomes.

Além disso, temos o testemunho de outros pais da Igreja primitiva. O escritor e historiador eclesiástico Eusébio de Cesaréia, em sua obra História eclesiástica, conserva fragmentos dos escritos de Papias, bispo de Hierápolis e escritor cristão do início do século 2o (c. 130 a.D.), que conheceu os discípulos dos apóstolos. Papias nos dá a seguinte informação quanto aos autores dos dois primeiros evangelhos: Mateus e Marcos.

Quanto a Marcos, diz o seguinte: “Marcos, sendo o intérprete de Pedro, tudo o que registrou escreveu com grande exatidão, mas não na ordem em que foi falado ou realizado por nosso Senhor, pois ele não ouviu nem seguiu nosso Senhor, mas, conforme disse, esteve em companhia de Pedro, que lhe deu tanta instrução quanto necessária [...] Assim Marcos não errou em nada ao escrever algumas coisas como ele as recordava...”.

Quanto a Mateus, escreve: “Mateus compôs sua história em dialeto hebraico e cada um traduzia segunda a sua capacidade”.

Em 170, Irineu de Lião, refutando os hereges de seu tempo, menciona Lucas como autor do terceiro evangelho: “Ora, se Lucas, que sempre pregou e evangelizou com Paulo, que teve confiada a missão de sempre nos transmitir o evangelho...”. Por isso, D. A. Carson chega à seguinte conclusão: “... O único evangelho circulou cedo sob quatro formas distintas: ‘Segundo Mateus’ [...], sendo que a preposição apresenta a pessoa que se acreditava ser o seu autor”.

Esses dados fornecem provas confiáveis que nos permitem afirmar com segurança que seus autores são verdadeiramente aqueles a quem são atribuídos.

4.1. Por Que Apenas Quatro Evangelhos?

Entre os estudiosos da numerologia bíblica (a numerologia bíblica é apenas simbólica), o número quatro representa universalidade. Quatro são os pontos cardeais. Quatro são as estações do ano em todo o mundo. E quatro foram os impérios mundiais. O evangelho de Cristo também é transcultural, não se restringe a nenhuma raça, cor ou cultura específica, mas se estende a toda a criatura debaixo do céu em todos os tempos. Seu alcance é universal.

Diz Josh MacDowell que os “quatro evangelhos haviam-se tornado tão axiomáticos no mundo cristão que Irineu pôde se referir a eles como um fato comprovado e reconhecido tal como os quatro pontos cardeais”.

Vejamos o que disse Irineu: “Por outro lado, os evangelhos não são, nem mais nem menos, do que esses quatro. Com efeito, são quatro as regiões do mundo em que vivemos, quatro são os ventos [...] Por isso é evidente que o Verbo, Artífice de todas as coisas, que está sentado acima dos querubins [...] nos deu um evangelho quadriforme sustentado por um único Espírito”.

Já bem cedo, em 160 d.C., um cristão chamado Taciano separou os quatro evangelhos em seu Diatessaron (expressão que significa “pelos quatro”). Assim se expressa Eusébio de Cesaréia a respeito: “Taciano, tendo formado certo corpo e coleção de evangelhos, não sei como, deu-lhes este título, Diatessaron, que é o evangelho dos quatro, ou o evangelho formado pelos quatro...”.

Eusébio cita, ainda, outro escritor cristão do século 2o, Clemente de Alexandria (150-215), que fala dos “quatro evangelhos transmitido até nós”, e conhece uma tradição segundo a qual foram escritos primeiramente aqueles que contêm a genealogia do Senhor, isto é, Mateus e Lucas.

Clemente também dá a tradição a respeito da ordem dos evangelhos, conforme transmitida pelos presbíteros mais velhos: “Ele diz que os que contêm as genealogias foram escritos primeiro...”.

Orígenes, um dos apologistas da fé cristã da segunda metade do século 2o, conhecia o nome dos quatro evangelistas e a ordem em que escreveram, como conhecemos hoje, a saber: Mateus, Marcos, Lucas e João.

Tertuliano (160–223), advogado e apologista, ao escrever, no início do século 3o, contra Marcião, atesta o valor dos quatro evangelhos frente à heresia de Marcião, que só admitia o evangelho de Lucas.

O Canon muratoriano também nos fala do reconhecimento dos quatro evangelhos pela Igreja romana.

No prólogo de seu evangelho, Lucas deixa claro que, em sua época, já existiam outros escritos sobre a vida de Jesus: “Visto que muitos têm empreendido fazer uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram” (1.1).

Não obstante, cremos que Deus quis preservar somente quatro livros contendo a narrativa verdadeira, fiel e inspirada sobre a vida de Cristo.

4.2. Um ou Quatro Evangelhos?

Já vimos o motivo pelo qual o Senhor Deus nos deu um evangelho quadriforme. Agora, estamos diante de outra incógnita: “o evangelho” ou “os evangelhos”? Como devemos denominar? Parece que o termo apresenta a mesma aparente dificuldade tal como aconteceu com a expressão “Escritura” ou “Escrituras”. No começo, era um termo geral, significando simplesmente escritos. Mais tarde, deu-se a designação mais precisa: “a Escritura” ou “as Escrituras”, para distinguir os escritos sagrados dos judeus. O apóstolo Pedro classifica alguns textos do apóstolo Paulo como “Escritura”. Paulo, ao escrever a Timóteo (1Tm 5.18), cita o evangelho de Lucas (Lc 10.7) e o livro de Deuteronômio (Dt 25.4), conferindo a mesma autoridade escriturística a ambos.

Com respeito aos evangelhos, Carson elucida a questão ao dizer que “nenhum dos quatro relatos sobre o ministério de Jesus recebe no Novo Testamento o nome de evangelho [...] Talvez, perto do fim do século 1o, ou início do 2o, acrescentaram-se títulos aos relatos oficiais da Igreja sobre o ministério de Jesus. Foi certamente aí que se empregou ‘evangelho’ pela primeira vez para designar uma obra literária. [...] Não o evangelho por Marcos, mas o [único] evangelho, segundo [a versão de] Marcos...”.

Parece que o uso que Marcos faz dessa palavra, já no início de sua obra (1.1), serviu para consagrar o termo como obra literária.

Justino, o mártir (133 d.C.), foi o primeiro a empregar o termo “evangelho” para designar os relatos canônicos do ministério de Jesus.

F. F. Bruce, ao comentar sobre os evangelhos, dá o parecer de que “já em data bem remota vieram os quatro evangelhos a constituir uma unidade integrada. E essa coleção de quatro documentos era originalmente conhecida como ‘o evangelho’, no singular, e não ‘os evangelhos’, no plural. Havia apenas um evangelho apresentado em quatro narrativas [...] Por volta de 115 a.D., Inácio, bispo de Antioquia, refere-se ao ‘evangelho’ como escrito revestido de autoridade, e, visto que conhecia mais de um dos quatro ‘evangelhos’, é provável que o título designe a coleção assim chamada, então”.

Geralmente, dá-se o nome de “quatro evangelhos” aos primeiros livros do Novo Testamento. Antes do século 4o, todavia, a coleção era designada apenas pelo nome de “o evangelho”, distinguindo-se as diferentes formas por “segundo Mateus”, “segundo Marcos”, e assim por diante.

Mas as expressões “evangelho de Mateus”, “evangelho de Marcos” e “evangelho de Lucas” são apenas nomenclaturas externas provenientes do século 2o. Na verdade, como já vimos, há um só evangelho apresentado em quatro formas, como bem atesta Agostinho em seu Sermão sobre a ressurreição de Cristo, segundo São Marcos: “A ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo lê-se estes dias, como é costume, segundo cada um dos livros do santo evangelho”.

4.3. Os “Problemas” dos Sinóticos

Aprendemos, nos tópicos anteriores, o que significam e quais são os evangelhos sinóticos. Abordaremos, agora, algumas dificuldades referentes a esses evangelhos.

Os evangelhos sinóticos têm sido alvo de extensa pesquisa durante muito tempo. A crítica textual tem feito uma verdadeira devassa em seus textos com o fito de resolver aquilo que denominara de “O problema sinótico”. Tais problemas, segundo os críticos, seriam supostas contradições apresentadas em alguns trechos. Mas como observa o comentarista Halley, em sua obra Manual bíblico: “O fato de haver pormenores diferentes e ligeiras variantes na descrição de um mesmo incidente faz que o testemunho dos vários escritores se torne tanto mais digno de fé, visto afastar a possibilidade de terem entrado em combinação prévia”.

E, citando as palavras do historiador Paul Barnett, “as diferenças entre as narrativas não apenas indicam que Mateus e Lucas estavam isolados um do outro quando escreveram, mas também que as fontes de que dependeram eram bem separadas”.

As dificuldades envolvendo os sinóticos foram apresentadas por Champlin, resumidas em forma de várias perguntas, como seguem:

- Os evangelhos foram escritos “independentemente” uns dos outros, sem qualquer fonte comum oral e escrita, sendo narrativas somente feitas de memória?
- Se houve fontes comuns escritas ou orais, de que natureza e quantas eram elas?
- Qual dos evangelhos sinóticos é primário? E esse evangelho foi usado diretamente como fonte de informação pelos demais evangelistas?
- Qual foi a fonte de material usado pelos evangelhos não primários, naquilo em que estão de acordo entre si, nas passagens que não figuram em Marcos?
- Quando um evangelho não primário tem material peculiar a si mesmo, qual foi sua fonte informativa?
- Quais foram as fontes informativas do evangelho primário?

Para dirimir esses problemas, os críticos, ao longo dos anos, foram criando várias teorias. Algumas delas já foram abandonadas por completo. Já outras possuem agora apenas alguns raros defensores. E há aqueles, porém, que continuam gozando de grande popularidade entre os eruditos.

A seguir, veremos que, indubitavelmente, não se pode tomar qualquer partido em posição dogmática em relação a nenhuma dessas teorias.

No trabalho de desvendar o “mistério” da origem dos evangelhos, destacaram-se, principalmente, ao longo dos anos, três teorias que pretenderam apresentar soluções plausíveis para a questão em pauta. Vejamos:

4.4. A Crítica da Forma

Os críticos dessa escola se preocupam não com a parte literária dos evangelhos, mas com o hiato deixado entre a transmissão oral até a composição literária dos mesmos. Seus proponentes tentam descobrir como as comunidades cristãs transmitiram os ensinamentos de Jesus. A crítica, neste caso, solapa, de certa forma, a integridade histórica dos evangelhos, pois os críticos dizem que a comunidade cristã criou as fontes das quais os evangelhos derivaram. Propõem que, de acordo com a necessidade enfrentada, as

comunidades locais iam inventando episódios ou ensinamentos acerca de Jesus para sanar tais dificuldades. Essas coleções, na opinião de seus defensores, foram as responsáveis pela composição dos evangelhos. Em suma, o evangelho, conforme temos hoje, não seria histórias verídicas de testemunhas oculares, mas refletiria apenas a crença da Igreja primitiva a respeito de Jesus. Essas unidades isoladas foram costuradas com frases cronológicas pelos evangelistas, tais como: “depois disso”, “poucos dias depois”, “imediatamente”, para dar um tom histórico à obra. O papel crucial dessa escola seria descobrir as leis por trás dessa tradição. Seus principais expoentes são: Martin Dibelius, Rudolf Bultmann e Vicent Taylor, o menos radical deles.

4.5. A Crítica da Redação

Em verdade, os críticos dessa escola não se preocupam com a origem dos evangelhos e, tampouco, importam-se com quem foram seus autores. O que menos importa é a parte histórica. Seu principal objetivo é o motivo teológico com que cada autor escreveu e por que escreveu, concentrando-se apenas no texto em si.

A crítica da redação depende muito da crítica da forma. A maioria dos críticos da redação se baseia na teoria das duas fontes, tendo o evangelho de Marcos como base para os outros dois. Os principais difusores dessa teoria foram: Gunther Bornkamm, Hans Conzelmann e Willi Marxsen.

4.6. A Crítica das Fontes

Uma dessas dificuldades nutridas pelos críticos é saber sobre as fontes dos evangelhos. Em virtude de muitos versos nos três primeiros evangelhos serem idênticos, eruditos, por muitos anos, têm debatido o seu relacionamento. A crítica das fontes visa identificar as fontes escritas usadas para compor os evangelhos. E as soluções que apresenta foram dadas em forma de algumas teorias.

A seguir, suas principais teorias:

- A teoria da dependência de um evangelho original, único
 - Propõe que houve um único evangelho em aramaico do qual os outros três se abeberaram.
- A teoria da dependência comum de fontes orais
 - Propõe a existência de um evangelho baseado em fontes orais transmitido pela Igreja, no qual os outros três se basearam.
- A teoria da dependência de vários fragmentos escritos
 - Baseando-se no depoimento de Papias, seu proponente asseverava que existiram vários fragmentos sobre a vida de Jesus, os quais foram evoluindo em sua forma até serem inseridos nos evangelhos sinóticos.
- A teoria do não-documento
 - Alega que não houve uma fonte comum aos três evangelhos, mas que todos eles se desenvolveram de modo independente. Seus defensores alegam, ainda, que os evangelistas escreveram somente o que viram e ouviram de Jesus.
- A teoria da interdependência
 - É a mais aceita atualmente pela maioria dos eruditos da crítica das fontes. Seus críticos defendem a tese de que entre os evangelhos havia uma interdependência, ou seja, um deles foi a fonte dos outros dois. Dentro dessa teoria se desdobram mais algumas hipóteses das quais analisaremos apenas quatro:
- Hipótese agostiniana

- Agostinho, bispo de Hipona, propôs, baseado na tradição, que Mateus foi o primeiro evangelho a ser escrito e que Marcos, posteriormente, serviu-se dele para coletar dados e compor seu evangelho. Lucas, por sua vez, seria uma compilação tanto de Marcos como de Mateus.
- Hipótese das duas fontes
 - Segundo muitos, parece ser a que fornece melhor explicação para as similaridades entre os evangelhos. O ponto de vista preponderante, na atualidade, é que o evangelho de Marcos foi escrito primeiro e Mateus e Lucas usaram Marcos como fonte para os seus evangelhos. Visto que Mateus e Lucas são mais extensos que Marcos, é claro que eles contêm materiais que não se encontram em Marcos. Mateus contém material que não se encontra em Lucas e Lucas contém material que não se encontra em Marcos. Mateus e Lucas contêm algum material idêntico que não se encontra em Marcos. Mais tarde, foi acrescentada uma certa fonte “Q” (da língua alemã Queller = fonte). Segundo essa mesma teoria, Mateus e Lucas teriam escolhido apenas o que lhes era conveniente dessas duas fontes.
- Hipótese dos dois evangelhos
 - Alguns críticos, como Willian Farmer e C. S. Mann, sustentam a hipótese de Griesbach. E, apesar de sustentarem a crença de que o evangelho de Mateus foi o primeiro a ser escrito, colocam, diferentemente de Agostinho, Lucas em segundo lugar e fazem Marcos depender tanto de Mateus como de Lucas.
- Hipótese dos quatro documentos
 - Foi proposta como solução alternativa aos resquícios de problemas deixados pela hipótese das duas fontes. Como resultado do trabalho de B. H. Streeter, a maioria dos eruditos contemporâneos aceita a teoria dos quatro documentos. Esses documentos seriam um proto-evangelho para cada um deles, que são:
 - Marcos foi escrito primeiro e foi usado por Mateus e Lucas. Seu local de origem seria a Igreja em Roma.
 - O documento “Q” era uma fonte que supriu os ensinamentos ou as atividades de Jesus comuns a Mateus e Lucas, mas que não se encontram em Marcos. Seu local de origem seria Antioquia.
 - “L” era uma fonte usada por Lucas para seu material especial com origem na Igreja de Cesaréia.
 - “M” era uma fonte usada por Mateus para seu material especial e teve origem na Igreja de Jerusalém ou Antioquia.

O erudito John P. Meier procura também estender essa questão ao evangelho de João, e nos informa que ainda há muita discussão se o evangelho de João dependeu de Mateus e Lucas ou foi produto de fontes independentes como a fonte “Q” e “Marcos”. Entre os críticos que sustentam a primeira hipótese, está o exegeta Frans Neirynck, que acredita que João se baseou nos três evangelhos sinóticos. Mas essa teoria foi contestada por P. Gardner-Smith, que sustentava uma fonte independente para João. Depois, essa mesma teoria foi mais bem desenvolvida por H. Dodd e aceita por gabaritados comentadores, como, por exemplo, Raymond Brown.

Entretanto, é bom lembrar que nenhuma dessas hipóteses favorece uma explicação satisfatória à rica complexidade da origem dos evangelhos. F. F. Bruce diz acertadamente que a crítica da fonte “conduz necessariamente a resultados muito menos precisos [...] porquanto tem de incluir porção bem mais avultada de elemento especulativo”.

Até mesmo a mais popular delas não consegue responder a muitas questões da problemática envolvendo os evangelhos sinóticos. Por exemplo, uma das críticas levantadas contra a teoria das duas fontes é que não existe cópia alguma dessa suposta fonte “Q”. Alguns apelam para Lucas 1.1-3 como meio de provar essa teoria. Todavia, Lucas

não diz que copiou *ipsis litteris* das fontes existentes, mas que fez acurada investigação e consultou as testemunhas oculares ainda existentes. Lucas esteve com muitas pessoas, inclusive com as testemunhas oculares que eram ministros da Palavra e poderiam ter perfeitamente fornecido informações fidedignas envolvendo a vida de Cristo. Há grande possibilidade de Lucas ter tido contato pessoal com os três evangelistas ou algum dos apóstolos. Além disso, existe o fato de Paulo, em 57 d.C., citar uma passagem de Mateus 10.10 e Lucas 10.7 ("Digno é o obreiro de seu salário") em 1 Timóteo 5.18. Tudo indica que um desses evangelhos já estava circulando naquela época.

Ainda sobre Paulo, devemos atentar para o fato de que quando esse apóstolo instrui a Igreja em Corinto, lançou mão de vários ensinamentos proferidos pelo próprio Cristo, tais como: o divórcio, o sustento do obreiro, a santa ceia e a morte, o sepultamento e a ressurreição de Jesus. Paulo parece invocar uma antiga tradição apostólica (1Co 15.1-7) para fundamentar esta última doutrina. Pelo fato de ele citar esses ensinamentos como dignos de crédito e observância, pressupõe que já havia alguns ensinamentos circulando nas igrejas paulinas sobre Jesus Cristo. E o mais interessante é que a maioria desses ensinamentos encontra paralelo nos sinóticos.

Na verdade, como já tivemos a oportunidade de citar, a voz dos pais da Igreja do século 2o era unânime em professar a crença que diz ter sido Mateus o primeiro evangelho a ser escrito e não Marcos. De fato, os quatro evangelhos, nos primeiros códices, aparecem na mesma seqüência de que se dispõe hoje em dia. Ocasionalmente, João foi posto na frente de Mateus, mas nunca Marcos.

Segundo o testemunho de Papias, Marcos compôs seu evangelho usando as informações de Pedro, por isso não havia a necessidade de copiar de Mateus e muito menos de Lucas. Além disso, se Marcos copiou de Mateus e Lucas, por que então seu evangelho foi tão resumido no tocante aos ensinamentos de Cristo? É justo crer que ele iria omitir episódios importantes da vida de Jesus, como, por exemplo, o seu nascimento ou o sermão do Monte? Outro ponto que deve ser considerado é o seguinte: por que Mateus dependeria de Marcos, que, diga-se de passagem, não foi testemunha ocular, para compor seu evangelho? Será que as memórias de Mateus e sua íntima experiência com Cristo, além de sua relação com os demais apóstolos, não seriam suficientes para tal tarefa?

São justamente estas algumas dificuldades que se impõem quando confrontamos tais teorias.

5 - OS EVANGELHOS E SUA DATAÇÃO

A datação dos evangelhos é tão controversa quanto sua autoria e composição. Isso porque os evangelhos não foram datados por seus autores. Foram recebendo suas datas de acordo com os pressupostos de cada estudioso. Se certo grupo de eruditos tende a não considerar o Novo Testamento como documento fidedigno, está propenso a datar tais documentos muito mais tarde do que seus colegas conservadores. Os críticos dos séculos 18 e 20 chegaram a aventar datas extremamente tardias para os evangelhos, como, por exemplo, meados do século 2º d.C.

Geralmente, os especialistas, sejam conservadores ou liberais, costumam datar os livros do Novo Testamento de acordo com algumas situações internas e externas ao texto. As situações internas seriam passagens que se referem a certos fatos históricos, como, por exemplo, a destruição de Jerusalém. Um outro critério é levar em conta a comparação de evangelho para evangelho. Por exemplo, se Marcos foi o primeiro evangelho escrito e os estudiosos colocam sua data em 55 d.C., conseqüentemente Mateus, que possivelmente derivou seu evangelho de Marcos, poderia perfeitamente ter tido tempo suficiente para escrever seu evangelho bem antes de 70.

Citaremos, agora, a opinião de alguns estudiosos conservadores quanto às datas dos evangelhos. O já citado erudito F. F. Bruce fornece uma datação bem recuada aos evangelhos. Diz ele: "De minha parte, estaria inclinado a atribuir aos três evangelhos data anterior: Marcos teria escrito pouco depois de 60, Lucas entre 60 e 70, Mateus não muito depois de 70".

Outros, ainda, vão mais longe numa data bem mais recuada, como, por exemplo, o renomado arqueólogo Albright, que situou não só os evangelhos, mas todos os livros do Novo Testamento, entre 40 e 80 d.C. John A.T. Robinson, um dos maiores eruditos em grego do Novo Testamento, apesar de ter sido um crítico liberal, também foi forçado pelas evidências a datar todos os livros do Novo Testamento antes de 70 d.C. Quanto a isso, William Craig comenta: "Todos os estudiosos do Novo Testamento estão de acordo que os evangelhos foram redigidos e desenvolvidos na época da primeira geração, durante a vida das testemunhas oculares. De fato, um novo movimento significativo da ciência bíblica defende eficazmente que alguns dos evangelhos foram escritos em 50 d.C.".

DATA APONTADAS PELOS CRÍTICOS CONSERVADORES		
Mateus	70-80 a.D. c. 70 a.D. c. 84 a.D.	Harrison Harnack Renan
Marcos	50-60 a.D. 58-65 a.D. c. 76 a.D.	Harnack T. W. Manson Renan
Lucas	Início de 60 a.D. c. 67 a.D. c.94 a.D.	Harrison Harnack Renan
João	80-100 a.D.	Harrison

DATAS APONTADAS PELOS CRÍTICOS LIBERAIS		
Mateus	50 -100 a.D. 130 -134 a.D.	Kümmel Baur
Marcos	70 a.D. 150 a.D.	Kümmel Baur
Lucas	70-90 a.D. 150 a.D.	Kümmel Baur
João	170 a.D. 90-100 a.D.	Baur Kümmel

Dos documentos antigos do Novo Testamento que existem ainda hoje, um dos mais remotos é o papiro Rylands 457, que contém alguns versículos do capítulo 18 do evangelho de João, datado do início do século 2o d.C. Esse papiro faz que o manuscrito saído das mãos do autor, conhecido como autógrafo, seja datado de pelo menos fins do século 1º. Outro papiro, conhecido como P75, também datado do século 2o, contém grande parte dos evangelhos de João e Lucas. O fragmento considerado mais antigo do Novo Testamento era um papiro encontrado nas grutas do Mar Morto (Qunrā), datado de 70 d.C., contendo algumas palavras de duas linhas do evangelho de Marcos. Entretanto, alguns estudiosos concluíram que um fragmento do evangelho de Mateus (Papiro de Magdalen, datado em 608 d.C.) antecede os três papiros mencionados. Também estudiosos como Reicke sugere para Mateus a data de 50—64 d.C. Já B. Orchard e H. Hiley acham que este evangelho é de cerca de 43. d.C.

A despeito de tudo o que foi tratado sobre a datação dos evangelhos, acreditamos que há uma razão fortíssima para crermos que foram escritos até a década de 70 do século 1o. E

o que nos leva a aceitar essa possibilidade é o fato de que a destruição de Jerusalém e do templo é profetizada repetidamente pelos evangelistas, mas o Novo Testamento jamais diz que essa profecia se cumpriu. A cidade e o templo foram destruídos no ano 70, pelo general romano Tito. Logo, temos fortes razões para acreditar numa data bem recuada para os evangelhos.

6 - O CÂNON NEOTESTAMENTÁRIO

A palavra cânon, para muitos, não é comum. Seu significado etimológico está ligado a uma planta — o junco, do hebraico qaneh (Ez 40.3). Transliterado para o grego, esse kanón ou “cana” (“Caule de várias plantas da família das gramíneas, tais como a taquara, o bambu, a cana-de-açúcar, etc.”, dic. Aurélio), servia como aferidor de medida. Com o correr do tempo, passou então a significar “padrão”. Seu significado original continuou sofrendo mutações. Na época do Novo Testamento, o apóstolo Paulo aplicou a palavra cânon como “regra moral”, em Gálatas 6.16, e “medida”, em 2Coríntios 10.13,14. Foi Orígenes, porém, quem primeiro a usou como “regra de fé”. Mais tarde, no século 4o, a palavra cânon aparece com o sentido de “lista” dos livros do Antigo e Novo Testamentos.

Quando, então, falamos no cânon do Novo Testamento, estamos, na verdade, nos reportando à lista dos 27 livros aceitos como divinamente inspirados, que servem como regra de fé e prática dos cristãos. Canônico, por conseguinte, denota aquilo que está de acordo com o cânon relacionado aos 66 livros da Bíblia.

Já tivemos a oportunidade de tratar antes sobre a estrutura dos evangelhos. As perguntas deste capítulo serão as seguintes: “Como essa lista dos 27 livros foi aceita pela Igreja? Como foi sua seleção? Quem coligiu esses livros como canônicos? Quais foram os fatores que levaram a isso?”.

A história do cânon tenta entender de que modo tais coleções e, finalmente, a coleção do Novo Testamento, tomaram a forma que possuem hoje.

A resposta mais adequada, talvez do ponto de vista estritamente histórico e não tão objetivo, é que o Espírito Santo direcionou a Igreja a separar o joio do trigo, ou seja, os livros divinamente inspirados de outras obras falsamente atribuídas aos apóstolos, e isso inclui também as literaturas de caráter ortodoxo que tratavam igualmente sobre a fé cristã, mas não possuíam autoridade divina.

Jesus foi categórico quando afirmou: “Mas, quando vier o Espírito da verdade, ele vos guiará [os apóstolos] em toda a verdade” (Jo 16.13). Os livros do Novo Testamento possuíam, por assim dizer, o imprimatur divino. Contudo, nosso outro enfoque agora recairá na parte mais técnica. Iremos mostrar, mediante uma pesquisa histórica mais objetiva, o desenvolvimento do cânon neotestamentário. É oportuno, entretanto, começar mostrando, de forma resumida, a história da autoridade do conteúdo desses livros antes da formação do cânon sagrado, o que poderíamos chamar de um “protocânon”, ou cânon oral. Aliás, o único cânon escrito usado até então pela Igreja antes da composição dos escritos apostólicos era a Septuaginta, versão grega do Antigo Testamento usada pelos cristãos como texto-prova para mostrar que Jesus era o Messias prometido pelos profetas (Lc 24.44).

Mesmo uma leitura superficial dos evangelhos mostrará que as palavras de Jesus possuíam uma autoridade espiritual equiparada à autoridade dos livros do Antigo Testamento.

- Suas palavras deveriam ser praticadas (Mt 7.24).
- Suas palavras eram eternas (Mt 24.35).
- Suas palavras eram espírito e vida (Jo 6.63).
- Suas palavras eram de vida eterna (Jo 6.68).
- Suas palavras deveriam ser obedecidas (Jo 15.7-10).
- Sua doutrina era de Deus (Jo 7.16,17).

- Sua autoridade era superior à autoridade de Moisés (Jo 5.46).

Logo, Jesus Cristo e, posteriormente, os apóstolos se tornaram o “cânon vivo” da Igreja enquanto pregavam oralmente a doutrina cristã. Lucas relata que a Igreja perseverava na “doutrina dos apóstolos” (At 2.42; 5.28). As pregações apostólicas, possivelmente, devem ter sido estereotipadas nas comunidades locais e, por conta disso, houve, também possivelmente, uma categorização oral dessas pregações. Vejamos como se expressa a introdução do Novo Comentário da Bíblia: “Além do evangelho escrito, recordado pelos quatro evangelistas, havia o evangelho falado ou oral, a boa-nova (euangelion) proclamada por Cristo e pelos discípulos”.

Como vimos, Marcos, bem cedo, talvez por volta do final da década de 40, começa a escrever seu evangelho, o qual é tomado como base por Mateus e Lucas. Se a corrente de pensamento acima esposada pela maioria dos críticos modernos for a correta, então Marcos gozou bem cedo de uma autoridade histórica e apostólica. Lucas nos diz que fez uma investigação minuciosa. Duas palavras usadas no original precisam ser destacadas aqui: *akribos* (minucioso), que pode ser traduzida para “meticuloso”, “preciso”, “rigoroso”, e *parakoloutho* (investigação), que vem de dois vocábulos gregos: *para*, que denota “ao lado de, perto” e *akoloutho*, que exprime: 1) Seguir a alguém que precede, juntar-se a ele como seu assistente, acompanhá-lo; 2) Juntar-se a alguém como um discípulo, tornar-se ou ser seu discípulo (Strong). Tal foi o exame criterioso que Lucas fez antes de redigir seu evangelho.

Assim, Lucas, ao se basear em parte no evangelho de Marcos que, segundo a tradição de Papias, em parte recebera de Pedro, confere implicitamente autoridade apostólica ao mesmo.

Há de se destacar que, por esse tempo, a coleção das cartas de Paulo já formava o que muitos chamam de *corpus paulinum*. Pedro chega a citar as epístolas de Paulo, equiparando-as às “Escrituras” (2Pe 3.15,16).

Se Pedro escreveu sua epístola entre 66 e 67, como bem atestam alguns estudiosos, então as cartas do apóstolo já eram consideradas de valor canônico na Igreja primitiva. Dois pontos podem ser destacados para mostrar esta verdade:

O próprio Paulo acreditava na inspiração de seus escritos, como sugerem alguns textos (1Co 7.40; 14.37), por serem autorizados (1Co 2.16; 7.17; 14.37,38; 2Ts 3.14).

Paulo ordenava que suas epístolas fossem lidas pelas igrejas (Cl 4.16; 1Ts 5.27).

6.1. Como se Formou o Cânon?

Alguns fatores circunstanciais contribuíram para que o cânon dos 27 livros do Novo Testamento fosse coligido. Vejamos tais fatores: 1) Combate às heresias, 2) Perseguições e 3) Solidificação da religião cristã.

As profecias sobre os falsos mestres, proferidas por Cristo (Mt 24.11), Pedro (2Pe 2.1) e Paulo (At 20.29,30), haviam começado a se cumprir na época de João (1Jo 2.19; 4.1-3; 2Jo 1.7). Entre as sete igrejas do Apocalipse, aparecem alguns pequenos grupos heréticos da época, dirigidos por alguns falsos apóstolos (Ap 2.2) que apresentavam a doutrina de Balaão (Ap 2.14) e dos nicolaítas (Ap 2.15). E também Jezabel, “mulher que se diz profetisa” (Ap 2.20).

Na época, florescia também o gnosticismo, doutrina sincretista que misturava doutrinas cristãs com ensinamentos pagãos. Os grupos cristãos gnósticos afirmavam que o corpo de Jesus era apenas ilusório (docético), pois consideravam a matéria má e pecaminosa, daí as advertências de João em 1João 4.2.

É possível que grupos espúrios da época de Paulo (judaizantes) e João (gnósticos) começaram a produzir seus próprios escritos, conferindo-lhes autoridade apostólica. Alguns escritos espúrios em nome dos apóstolos começaram a circular ainda quando eles estavam vivos. Lucas 1.1-3 parece sugerir que muitos desses escritos, antecedentes ao seu

evangelho, não fossem fidedignos. Subentendemos isso pela advertência que Lucas faz a Teófilo no versículo 4: “Para que tenhais plena certeza das coisas em que foste ensinado”.

Na segunda metade do século 2o, fervilhavam escritos atribuídos aos apóstolos, tais como: evangelhos, atos, epístolas e apocalipses. Mas todas essas obras foram produzidas por grupos heréticos que tentavam propagar e fundamentar suas heresias usando o nome dos verdadeiros apóstolos de Cristo. Pais da Igreja como Irineu e Tertuliano escreveram abundantemente combatendo tais grupos e suas respectivas heresias.

Eusébio de Cesaréia, por volta do século 4o, mostra, em sua obra História eclesiástica, a proliferação dos heresiarcas que existiram desde o final do século 1o até sua época. Foi também nesse período que começaram a circular pela Igreja muitos escritos de cristãos, como, por exemplo, o livro catequético Didaquê (Pastor de hermas), entre outros.

Todavia, a necessidade de se ter um cânon autorizado dos livros do Novo Testamento se fez sentir realmente quando Marcião (140 d.C.), um cristão com tendências gnósticas, elaborou uma lista particular de livros contendo apenas o evangelho de Lucas e dez epístolas de Paulo. Os evangelhos e as epístolas que se referiam a Jesus como Filho do Deus do Antigo Testamento foram rejeitados por Marcião, e também todo o Antigo Testamento. A Igreja reagiu reprovando esse cânon. Agora, restava saber qual era o verdadeiro cânon do Novo Testamento.

Até então, a Igreja não havia se preocupado em formular uma lista definida dos livros autênticos ou não. Mas todos os livros que compõem hoje o nosso Novo Testamento foram aceitos pela Igreja, com exceção, e isso apenas em algumas regiões, dos sete livros finais. Todavia, isso ocorreu mais por causa do isolamento geográfico entre as igrejas do que por escolha própria. Na polêmica contra os heréticos, era necessário saber que livros, de fato, eram autênticos, quais deles estavam revestidos de autoridade divina e quais não. Conseqüentemente, restava saber que livros deveriam ser lidos como sendo verdadeiramente inspirados nas igrejas.

6.2. Os Princípios Usados no Critério de Seleção

Depois da controvérsia com Marcião, os cristãos começaram a acelerar o processo de canonicidade que já estava em andamento. Em resumo, esse processo seguiu mais ou menos o seguinte padrão: os livros do Novo Testamento foram escritos pelas testemunhas oculares ou discípulos de tais testemunhas (Marcos e Lucas); sua leitura foi amplamente recomendada pelos apóstolos (Paulo, João e Pedro); foram colecionados (epístolas de Paulo) e aceitos pelas igrejas como sendo úteis para dirigir a vida espiritual e doutrinária da Igreja; ganharam aceitação por parte de toda a Igreja e não apenas das congregações locais; e, por último, foram, mais tarde, oficialmente aprovados mediante decisão formal da Igreja. Alguns critérios, no entanto, foram usados pelos cristãos para decidir se um livro era autêntico ou não, dos quais destacamos os seguintes:

A. A Apostolicidade da Obra. O material em consideração pela comunidade eclesiástica deveria ter sido redigido por um dos doze que conviveram com Jesus. No entanto, esse critério era um tanto flexível, pois havia pessoas que não foram testemunhas oculares, mas escreveram obras sobre a vida de Cristo. Então, neste caso, o termo apostolicidade não precisava significar necessariamente autoria apostólica, poderia ser autoridade e aprovação apostólica. Temos um bom exemplo nos escritos dos dois evangelistas, que, apesar de não terem sido do corpo original dos apóstolos, no entanto, escreveram com a autoridade de um apóstolo. Lembrando que Marcos foi companheiro de Pedro e Lucas, de Paulo.

B. A catolicidade da obra. Este fator envolve a circulação, o uso e a aceitação do livro. Já que não era fácil comprovar a autenticidade apostólica, esta característica auxiliou, e muito, a confecção do cânon. Os autores sagrados haviam deixado discípulos em suas igrejas, mas só os livros usados pela Igreja como um todo vieram a ser incluídos no cânon. Como os pastores e membros das várias congregações se comunicavam entre si por cartas, os livros mais usados se tornaram obviamente conhecidos. Vale a pena lembrar que muitos livros não foram aceitos por causa desse segundo princípio de aferição. Apesar disso,

alguns, como já dissemos, ficaram restringidos, por algum tempo, a algumas regiões por falta de comunicação.

C. A ortodoxia na obra. Este foi um dos princípios mais importantes aplicados pelos líderes das igrejas de então. O ensino da obra deveria concordar com a regra de fé — regula fidei. Isto é, coerência entre cada livro e a ortodoxia da Igreja. Visto que muitos grupos heréticos se escoravam em escritos espúrios, a Igreja teve de separar o joio do trigo. Quando a obra apresentava erros teológicos que colidiam com a fé da Igreja como um todo e histórias fabulosas explicitamente reprováveis, era rejeitada.

D. A inspiração da obra. O critério essencial é o mesmo que levou ao reconhecimento do Antigo Testamento. Um fator preponderante foi o testemunho do Espírito Santo dentro da Igreja. A inspiração não foi colocada de fora para dentro, mas de dentro para fora, e a Igreja, como um corpo, discerniu isso. Os livros que iriam ser inseridos na lista canônica deveriam dar provas cabais dessa inspiração. Os livros apostólicos se mostravam com autoridade, eram proféticos e, o mais importante, sua mensagem transformava vidas.

6.3. Os Primeiros Cânones

Como já vimos, o primeiro a elaborar um cânon na história da Igreja foi Marcião. Mas como seu cânon era imparcial e tendenciosamente herético, foi imediatamente repudiado pela Igreja. O fato de Marcião rejeitar certos livros é praticamente uma prova de que tais livros eram revestidos de autoridade. Não tardou e os principais líderes das igrejas começaram a atacar a lista proposta pelo herege. Os livros rejeitados por Marcião foram ardorosamente defendidos por Irineu e Tertuliano, entre outros. Os mesmos estavam praticamente em uso na Síria, na Ásia Menor e em Roma. A Igreja sentiu a necessidade de elaborar uma lista oficial dos livros canônicos. Com isso, várias listas começaram a aparecer. Algumas delas, então, foram sendo criadas pela Igreja. As duas primeiras listas elaboradas depois de Marcião, quem sabe como uma resposta ao seu cânon particular, foram o Diatessaron e o Muratoriano.

A. Diatessaron. Em 170 d.C., um cristão chamado Taciano já agregava em uma só obra os quatro evangelhos.

B. Fragmento muratoriano. Surgido em 170 d.C. (?), tal documento é um manuscrito do século 8o, cópia do original, descoberto pelo sacerdote italiano Ludovico Antonio Muratori, no século 13. Alguns o situam até mesmo antes do Diatessaron, por volta de 150 d.C. Essa lista mostra os mesmos livros que temos hoje, com exceção de três epístolas: Tiago, 2Pedro e Hebreus.

C. O cânon de Orígenes. Orígenes classificou os livros em duas categorias: homologoumena, conhecidos e aceitos por todos, e antilegomena, aqueles que ainda perduravam alguma dúvida em algumas regiões, a saber: Hebreus, Tiago, 2Pedro, 1 e 3João, Judas e alguns apócrifos.

D. O cânon de Atanásio. Em 325 d.C., numa carta enviada à sua Igreja, por ocasião da páscoa, Atanásio, bispo de Alexandria e campeão da ortodoxia contra o arianismo, confeccionou uma lista contendo os 27 livros que deveriam ser lidos na Igreja. Essa lista continha os mesmos livros do nosso atual Novo Testamento.

D. O cânon de Eusébio de Cesaréia. Em 325 d.C., Eusébio seguiu à risca a mesma lista organizada por Atanásio e classificou os livros em reconhecidos, discutidos e espúrios.

E. Outros cristãos. Clemente de Alexandria, Irineu, Tertuliano e, posteriormente, Cirilo de Jerusalém (386 d.C.) figuram na história como defensores de um cânon do Novo Testamento que continham os quatro evangelhos, as epístolas de Paulo, Atos, 1Pedro, 1João e Apocalipse.

F. Concílios da Igreja. O Concílio de Nicéia já havia tocado no assunto, mas foram os Concílios de Hipona (393 d.C.) e de Cartago (397 d.C.) que ratificaram a lista dos 27 livros de Atanásio, conservados até hoje em nossa Bíblia.

6.4. Por Que Houve Demora na Aceitação de Alguns Livros?

Escritores como Eusébio de Cesaréia classificaram a literatura cristã vigente como segue:

- No grupo dos homologoumena, os livros aceitos por todos, estavam os quatro evangelhos, Atos, as epístolas paulinas, 1Pedro e 1João.
- O grupo dos pseudepígrafos compunha os livros rejeitados, ou seja, todos os apócrifos do Novo Testamento. Geralmente, tais livros eram escritos por seitas gnósticas, docéticas ou ascéticas. Eis uma lista de alguns desses livros espúrios:

A. Atos Apócrifos

DOCUMENTO	DATA PROVÁVEL
de André	Séc. 3o
de João	Séc. 2o
de Tiago	Séc. 2o
de Paulo	Séc. 2o
de Pedro	Séc. 1o- 2o
de Tomás	Séc. 3o
de Tadeu	Séc. 3o

B. Evangelhos Apócrifos

DOCUMENTO	DATA PROVÁVEL
dos hebreus	Séc. 1o (?)
dos egípcios ou tradição de Matias	Séc. 2o
dos ebionitas ou dos 12 apóstolos	Séc. 2o
de Pedro	Séc. 2o
de "pseudoTomé"	Séc. 2o
Proto-evangelho de Tiago	Séc. 2o
Árabe da infância	Séc. 2o (?)
Copta de Tomé, o dídimo	Séc. 2o
de Filipe	Séc. 3o
de Maria Madalena	?
da Verdade	?
de Nicodemos	Séc. 2o – 5o
de Matias	?
de Barnabé	?
de André	?
de Judas Iscariotes	?
de Eva	?
de Basílides	?
de Cerinto	?

de Bartolomeu	?
---------------	---

C. Epístolas Apócrifas

DOCUMENTO	DATA PROVÁVEL
3Coríntios	Séc. 2o
dos apóstolos	Séc. 2o
aos laodicenses	Séc. 2o
aos alexandrinos	Séc. 2o
Entre Paulo e Sêneca	Séc. 3o

D. Apocalipses Apócrifos

DOCUMENTO	DATA PROVÁVEL
de Pedro	Séc. 2o
de Paulo	Séc. 3o
de Estêvão	?
de Tomé	Séc. 4o
de João	?
da Virgem	?
Sibila cristã	Séc. 3o

E. Outros Documentos Apócrifos

DOCUMENTO	DATA PROVÁVEL
Declaração de José de Arimatéia	Séc. 2o
Descida de Cristo aos infernos	Séc. 5o
A cura de Tibério	Séc. 6o
A vingança do Salvador	?
Cartas entre Pilatos e Herodes	Séc. 5o
Cartas entre Pilatos e Tibério	Séc. 5o
Relatório de Pilatos	Séc. 7o
Tradição de Pilatos	Séc. 7o
A morte de Pilatos	?
Trânsito ou passagem de Maria	Séc. 3o – 6o
Livro do descanso	Séc. 3o – 6o
História de José, o carpinteiro	

O terceiro e último grupo era formado pelos antilegomena, nos quais perduravam algumas dúvidas, a saber: Hebreus, Tiago, 2Pedro, 1 e 3João, Judas e Apocalipse.

Entre os questionamentos que retardaram sua aceitação em algumas regiões podemos destacar os seguintes:

- Anonimato. Por não trazer o nome do autor, a epístola aos Hebreus, por algum tempo, não foi considerada de origem apostólica. Posteriormente, a crítica primitiva a incorporou às cartas de Paulo.
- Aparente discrepância doutrinária. Um caso típico foi a carta de Tiago, que não era considerada por muitos de origem apostólica, devido ao aparente conflito entre os seus ensinamentos e os ensinamentos do apóstolo Paulo sobre a justificação pela fé. Contudo, alguns exegetas resolveram esse problema e a carta de Tiago foi incluída nos livros canônicos.
- Diferenças de estilo. A segunda epístola de Pedro provê um bom exemplo disso. Ao contrário da carta aos Hebreus, a segunda epístola de Pedro traz o nome do apóstolo. Todavia, a objeção maior estava relacionada ao seu estilo literário, quando comparada à primeira carta de Pedro. No entanto, Pedro poderia muito bem ter lançado mão de um amanuense (escrevente). Se esse foi o caso, fica, então, explicada a aparente diferença. As epístolas de João e o livro do Apocalipse entram também nessa categoria.
- Diálogo com livros apócrifos. O problema quanto ao texto de Judas se deu pelo fato de ele ter citado os livros apócrifos da literatura judaica, como, por exemplo, o livro de Enoque (v. 14,15) e a assunção de Moisés (v. 9). Mas devemos lembrar que tais livros não são postos na mesma categoria das Escrituras Sagradas, antes, são apenas citações de obras não inspiradas, tal como fez o apóstolo Paulo em algumas de suas epístolas ao citar poetas pagãos (At 17.28).
- Outros fatores. Além de tudo o que já foi falado, há as questões do tamanho, do caráter particular de cada livro, do seu destino e/ou a falta de aplicabilidade às necessidades da Igreja naquele período.

Apesar de a maioria dos pais da Igreja se posicionar a favor de muitos desses livros, outros, porém, não agiam dessa forma, e isso por causa da questão geográfica, que gerava falta de comunicação entre as igrejas, ou por causa da má interpretação quanto aos ensinamentos dos livros. Mas quando o mal-entendido foi desfeito, tais livros foram definitivamente incluídos no cânon neotestamentário.

6.5. O Novo Testamento é Confiável?

A conclusão que tiramos é que o cânon sagrado não foi imposto como decisão de um concílio qualquer e muito menos de uma pessoa. Não. O cânon, de per si, já prova sua autenticidade. O que os cristãos fizeram foi apenas reconhecer aquilo que já era regra de fé há muito tempo nas igrejas cristãs. Apesar de existirem outros escritos sobre Jesus e sua doutrina corrente na época, aprouve a Deus separar apenas esses 27 livros e marcá-los com sua autoridade e aprovação para o uso de sua Igreja.

Já ficou sobejamente demonstrada a genuinidade dos evangelhos. Agora se nos apresentam outras questões:

- O texto que possuímos hoje é realmente aquele que saiu da pena dos evangelistas e apóstolos ou foi alterado no decorrer dos séculos?
- Houve interpolações, omissões ou corrupções no texto?

Um documento pode ter sido genuíno, mas de nada adianta se as cópias que possuímos não refletem a mesma fidelidade no conteúdo como foi escrito.

Geralmente, a acusação feita por alguns críticos é de que as nossas cópias são corrompidas. Entretanto, o Novo Testamento é, sem dúvida, o documento mais bem atestado da antiguidade. Existem mais cópias dele do que de qualquer outro documento antigo. São mais de cinco mil manuscritos em grego e versões antigas em siríaco e em outras línguas. "Entre a redação de Sófocles, Ésquilo, Aristófanes e Tucídides e o primeiro códice que possuímos desses escritos, há um intervalo de 1400 anos; 1600 para Eurípedes e Catulo [...] 1200 para Demóstenes; e 700 para Terêncio. As cópias mais antigas existentes hoje do Novo Testamento são dos séculos 2º e 3º d.C.".

Todos esses achados tornam o Novo Testamento o texto antigo mais bem documentado e atestado, quando comparado com outros escritos da antiguidade clássica.

AUTOR	DATA EM QUE FOI ESCRITO	DATA CÓPIA MAIS ANTIGA	TEMPO ENTRE ORIGINAL E CÓPIA	Nº DE CÓPIAS	PRECISÃO DAS CÓPIAS
Lucrécio	c.55 ou 53 a.C.	-----	1100 anos	2	-----
Plínio	61-113 d.C.	850 d.C.	750 anos	7	-----
Platão	427-347 a.C.	900 d.C.	1200 anos	7	-----
Demóstenes	c. 400 a.C.	400 d.C.	800 anos	8	-----
Heródoto	480-425 a.C.	900 d.C.	1300 anos	8	-----
Suetonius	75-160 d.C.	950 d.C.	800 anos	8	-----
Tucídides	460-400 a.C.	900 d.C.	1300 anos	8	-----
Eurípides	480-406 a.C.	1100 d.C.	1300 anos	9	-----
Aristófanes	450-385 a.C.	900 d.C.	1200 anos	10	-----
César	100-44 a.C.	900 d.C.	1000 anos	10	-----
Tito Lívio	Entre 59 a.C. e 17 d.C.	-----	???	20	-----
Tácito	c. 100 d.C.	1100 d.C.	1000 anos	20	-----
Aristóteles	384-322 a.C.	1100 d.C.	1400 anos	49	-----
Sófocles	496-406 a.C.	1000 d.C.	1400 anos	193	-----
Homero (Ilíadas)	900 a.C.	400 a.C.	500 anos	643	95%
Novo Testamento	Século 1o d.C. (entre 50-100 d.C.)	Início do século 2o d.C.	Menos de 100 anos	5600	99,5%

Vê-se, facilmente, que se alguém rejeitar a autenticidade histórica do Novo Testamento, então deverá, por coerência, rejeitar a autenticidade histórica de todos os demais escritos antigos, porque o Novo Testamento é, de longe, o mais bem atestado, tanto pelo número de cópias existentes como pela proximidade em anos da cópia mais antiga em relação ao original. Nenhum outro escrito sequer chega perto do Novo Testamento nesses critérios.

6.6. As Variantes

As variantes existentes nos evangelhos são outro ponto ressaltado pelos críticos para diminuir sua confiabilidade. Será que tais variantes não podem prejudicar a crença de que os nossos textos modernos refletem o mesmo texto do original?

Por terem sido produzidos em diferentes áreas e sob diferentes circunstâncias, e devido aos erros de ortografia dos copistas, alguns manuscritos contêm diferenças entre si, o que chamamos de variantes textuais.

Bruce Metzger, uma das maiores autoridades em grego neotestamentário da atualidade, afirma que as diferenças não afetam substancialmente nenhuma doutrina cristã.

Norman Geisler e Willian Nix acrescentam: "O Novo Testamento, então, não apenas sobreviveu em maior número de manuscritos que qualquer outro livro da antiguidade, mas sobreviveu em forma mais pura que qualquer outro grande livro – uma forma 99,5% pura".

Grasso cita o parecer de algumas autoridades como Amiot e Hort ao se expressar da seguinte maneira: "No conjunto dos manuscritos se encontram, aproximadamente, 250 mil variantes, incluindo as citações dos padres antes do século 4o e das antigas traduções. A maioria delas é insignificante: refere-se somente à ortografia e à disposição das palavras. Segundo Hort, 7/8 do texto estão fora de discussão. As variantes que modificam o texto abrangem a milésima parte dele: somente umas quinze variantes têm certa importância; contudo, nenhuma delas toca a substância do dogma estabelecido pelas passagens criticamente certas, sem termos a necessidade de lançar mão de textos duvidosos".

7 - O JESUS HISTÓRICO VERSUS O JESUS DA FÉ

Resolvido o problema dos documentos cristãos, partimos agora para o personagem principal deles: Jesus, a finalidade única para a existência de todo o Novo Testamento. Tal como acontece com os documentos, as especulações a respeito de Jesus também são polêmicas.

Uma das perguntas que têm causado opiniões cada vez mais divergentes é esta: "Quem é Jesus?". Ao contrário do que muitos pensam, tal pergunta não foi formulada em nenhum seminário de crítica textual. É muito mais antiga. Na verdade, o próprio Jesus foi quem a formulou pela primeira vez diante de seus discípulos, dizendo: "Quem dizem os homens ser o Filho do homem?" (Mt 16.13). E, como sempre, as respostas foram as mais variadas possíveis: "Responderam eles: Uns dizem que é João, o Batista; outros, Elias; outros, Jeremias, ou algum dos profetas." (v. 14).

Até a Idade Média, essa pergunta parece não ter oferecido problema algum para a maioria das pessoas. Contudo, a coisa começou a mudar com o advento do iluminismo e seu inquietante raciocínio crítico. A primeira questão a respeito de Jesus, sob um ponto de vista crítico, teve início na Alemanha, com Hermann Samuel Reimarus (1694-1768).

Ao apresentar a primeira investigação histórica sobre Jesus, Hermann alegou que o Jesus dos evangelhos e o Jesus da história eram dois personagens completamente diferentes. E baseou sua teoria na suposição de que o Jesus apresentado pelos apóstolos era apenas fruto de suas concepções teológicas, não refletindo a realidade do carpinteiro pobre da Galiléia. E chegou a acusar os discípulos de terem roubado o corpo de Jesus para provar a ressurreição.

Depois vieram as escolas críticas com Martin Dibelius e Rudolf Bultmann. Um terceiro movimento, porém, iniciado nos anos 70, com John Dominic Crossan e o "Seminário de Jesus", perdura até hoje. Mais tarde, Crossan se uniu a Robert W. Funk, também líder de outro movimento com as mesmas posições. O "Seminário de Jesus" é uma coalizão de movimentos liberais, composta de católicos protestantes e ateus. Suas teorias liberais fazem que consideremos o evangelho apócrifo de Tomé mais antigo do que os quatro evangelhos canônicos. Para os integrantes do "seminário", Jesus teria sido apenas um homem normal. Não fez milagres, como dizem os evangelhos. E, segundo afirmam, de tudo o que está escrito nos evangelhos somente 2% podem ser atribuídos verdadeiramente ao Jesus original. A morte de Cristo é mais de caráter político que espiritual. E mais: na visão do "seminário", Jesus não ressuscitou. A ressurreição, para eles, baseia-se tão-somente nas experiências visionárias de seus discípulos.

7.1. Manipulando o Jesus Histórico

De modos diferentes, em épocas diferentes, diversas culturas têm tentado distorcer o Jesus simples dos evangelhos. O Jesus dos evangelhos apócrifos, o Jesus sem carne e osso, desprovido de matéria, dos gnósticos do século 1o da Era Cristã, e, atualmente, o Jesus místico da Nova Era não passam de reações da cultura da época, que se recusa a aceitar o Homem de Nazaré exatamente como Ele é. Cada vez que o espírito de uma raça diferente entrou no espírito do evangelho, tentou manipular a figura daquele que é o Senhor da história que, algumas vezes, ficou deformada e irreconhecível.

Assim, em nada nos espanta a invasão do liberalismo que levou muitos, no Ocidente, a alterarem novamente as características do Senhor. Para tanto, esses movimentos, encabeçados por acadêmicos descomprometidos com a fé cristã, procuraram lançar mão de hipóteses e documentos duvidosos sobre Jesus para que pudessem tecer um amontoado de informações que, longe de acrescentarem algo ao conhecimento a respeito de Jesus, distorceram completamente os fatos.

Otto Borchet, em seu livro *O Jesus histórico*, fez um excelente comentário sobre as várias tentativas históricas de distorcerem a imagem de Jesus, conforme nos é fidedignamente mostrada por Mateus, Marcos, Lucas e João, testemunhas oculares ou contemporâneas do Senhor. "Indubitavelmente [...], cada geração que se aproxima da figura de Jesus novamente tem tentado retificar essa imagem no que acha nela deficiente".

A verdade, porém, é que qualquer tentativa de acrescentar algo ao Jesus bíblico falha.

Outro livro que apresenta os principais estudos acadêmicos atuais dos críticos para tentar reconstruir o Jesus histórico foi publicado em 1998, por Mark Alan Powell. Powell. A obra é um apanhado sobre os vários retratos do "Jesus histórico" apresentado pelos críticos ao longo da história. Assim, R. Horsley vê Jesus como um profeta, G. Vermes como um judeu carismático, Morton Smith como um mágico, B. F. Witherington como um sábio judeu e F. G. Downing como um filósofo cínico. Esses são apenas alguns dos homens que fazem coro com os críticos do "Seminário de Jesus": J. D. Crossan, M. Borg, E. P. Sanders, J. P. Meier e N. T. Wright.

Contudo, urge esclarecer que quando falamos em "Jesus histórico" estamos, na verdade, tratando de uma expressão não muito definida. O que seria o Jesus histórico? O mesmo Jesus da Bíblia? Caso seja, até que ponto? Trataremos disso logo abaixo.

7.2. O Jesus Histórico Versus o Jesus Real

Devemos levar em consideração uma distinção muito significativa levantada pelo crítico John P. Meier, em seu livro *Um judeu marginal*, qual seja: "Qual é a diferença entre o Jesus histórico e o Jesus real? Será que existe essa diferença?".

Meier diz que o Jesus histórico não é o Jesus real. E explica que a noção de real é enganosa, pois existem várias gradações da noção de real. Não podemos nos referir à realidade total de uma pessoa em tudo que ela pensou, sentiu, experimentou, fez e disse. Mesmo com todos os documentos oficiais disponíveis não se poderia descobrir a realidade total de uma pessoa. O máximo que o historiador ou biógrafo poderia montar seria um quadro "razoavelmente completo".

Os relatos que os evangelhos apresentam de Jesus é justamente isso. Os quatro evangelistas se detêm somente nos três últimos anos de sua vida. Apenas dois deles, Mateus e Lucas, falam sobre sua infância, mesmo assim de modo bem limitado. A maioria dos atos e palavras de Jesus e os chamados anos obscuros de sua vida ficou vedada por um véu de mistério. O apóstolo João confirma esta verdade ao narrar em seu evangelho: "Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fez; as quais, se fossem escritas uma por uma, creio que nem ainda no mundo inteiro caberiam os livros que se escrevessem" (Jo 21.25).

Assim sendo, o Jesus real, mesmo com todos os registros disponíveis sobre Ele, foge à nossa verificação total. Mas Jesus não é o único que enfrenta tal dificuldade. A problemática

dessa abordagem se estende a todos os outros personagens famosos da história, como Sócrates, Platão, Augusto, Alexandre, entre outros. Todavia, essa dificuldade está longe de ser um obstáculo à existência de Jesus. Estamos tratando somente sobre a diferença empírica que se impõe entre o Jesus real e o Jesus da história. As informações que subsistiram sobre Jesus, obviamente, nunca conseguirão refletir a totalidade de sua vida. Não obstante, podemos conhecer o Jesus histórico.

O exegeta D. A. Carson resume a questão com muita propriedade: “Portanto, o fato de que não é possível reconstruir uma vida detalhada de Jesus com base nos evangelhos sinópticos não põe, de modo algum, em dúvida os evangelhos como fontes históricas exatas. Devem ser julgados por aquilo que de fato nos dizem, não pelo que não nos dizem”.

7.3. A Busca Pelo Jesus Histórico

Muito embora tenhamos falado que o Jesus real não pode ser resgatado pela pesquisa histórica, no entanto, o Jesus histórico pode apresentar fragmentos do Jesus real. O Jesus histórico é aquele personagem reconstruído pelas informações que chegaram até nós por vários documentos históricos. Alguém poderia nos taxar de fundamentalistas, mas cremos que os poucos registros deixados nos evangelhos sobre Jesus são suficientes para o nosso conhecimento. Na verdade, João nos fornece, de maneira resumida, o propósito dos registros evangélicos sobre Jesus: “Estes, porém, estão escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20.31).

Acreditamos que muitos não considerariam de alguma importância uma pesquisa sobre o Jesus da história, antes, contentar-se-iam apenas com o Cristo da fé. Infelizmente, a disposição em pesquisar historicamente Jesus parte, em geral, dos críticos agnósticos e não dos cristãos ortodoxos. Geralmente, para os cristãos ortodoxos tal busca é de pouca relevância, porque o que vale mesmo é o Cristo da fé. No entanto, essa posição é um grande paradoxo, pois o Jesus da fé não pode ser desvinculado do Jesus da história. A fé cristã não é um salto no escuro. É, em suma, a aceitação de alguém real que viveu no espaço/tempo. Essa busca ressalta que a fé cristã não é uma vaga atitude existencial ou mera maneira de ser, mas, sim, que existe um conteúdo específico na fé cristã, ligado a eventos históricos especiais.

Essa necessidade foi sentida pelos seguidores de Bultmann que, por isso, acabou formando uma nova escola. Bultmann cria que os fatos históricos quanto a Jesus eram irrelevantes, pois o que valia mesmo era o Cristo da fé e o nosso encontro pessoal com Ele, mesmo que esse Cristo seja o Cristo emergido das supostas lendas e mitos criados pelos cristãos primitivos, segundo a opinião de Bultmann. Contudo, uma nova busca teve início, pois seus discípulos perceberam que “um rompimento tão completo entre a fé cristã e os liames históricos deixaria a Igreja à deriva e sem condições de reivindicar absolutamente qualquer coisa para si” (Carson, p.59).

Gregory A. Boyd, refutando os argumentos do “Seminário de Jesus”, acrescenta: “A verdade teológica se baseia na verdade histórica”.

7.4. O Jesus da História é o Mesmo Jesus da Fé?

Uma questão derivada da anterior é a relação entre o Jesus de carne e ossos e o Jesus místico (espiritual) adorado pelos cristãos, o que o filósofo e historiador Albert Schweitzer denominou de “o tremendo fosso”. Existe realmente alguma relação entre o Jesus histórico e o Cristo da fé? Porventura seriam o mesmo? A historicidade de Jesus é reconhecida universalmente hoje em dia, tanto pelos cristãos como pelos críticos da fé cristã. Nenhum estudioso sério duvida da existência do carpinteiro de Nazaré. A discussão, entretanto, centraliza-se na sua identidade. Para alguns críticos, como os do “Seminário de Jesus” (EUA), os cristãos teriam alterado a imagem de Jesus, um camponês galileu, atribuindo-lhe uma identidade divina que o próprio Jesus nunca teria reclamado para si. Como um rabino obscuro e, possivelmente, um operador de curas, poderia ter-se transformado num objeto de adoração de milhões de pessoas em todo o mundo?

A resposta oferecida pelos críticos se baseia na mesma premissa utilizada para a questão da confiabilidade dos evangelhos. Há um consenso entre esses críticos quanto ao fato de que, não importa quem os tenha escrito, os autores não eram testemunhas oculares e podem ter feito seus registros um século após a morte de Jesus. Isso facilitaria, e muito, que cristãos de gerações posteriores criassem mitos, por meio dos quais o humilde galileu fosse transformado no Filho de Deus, com prerrogativas que só o Deus dos judeus ou, em menor grau, os deuses greco-romanos e das religiões de mistério possuíam. Paulo chega a ser acusado por alguns críticos de ter sido o principal responsável pela transformação do homem Jesus no Cristo divino. Segundo eles, Paulo teria distorcido o evangelho original de Jesus, convertendo-o de um simples rabino inovador em objeto de devoção de seus discípulos posteriores. A evidência histórica, entretanto, aponta em outra direção.

Para Paulo, o Cristo divino e exaltado pela ressurreição é o mesmo Jesus histórico que morreu crucificado e foi ressuscitado ao terceiro dia. Em 1Coríntios 15.3-7, Paulo afirma sua crença nos fatos históricos, circundando a morte de Jesus. Como já vimos em outra parte deste livro, esses mesmos fatos foram asseverados nos evangelhos pelas próprias testemunhas oculares da crucificação e ressurreição de Jesus ou por autores ligados a essas testemunhas.

Os críticos do cristianismo se levantam contra a posição histórico-ortodoxa dizendo que Jesus é uma figura idealizada, um símbolo de fé. No século 19, alguns chegaram até mesmo a duvidar de sua existência. Por conta disso, o próximo capítulo se concentrará nas evidências históricas disponíveis sobre Jesus Cristo.

8 - JESUS E SUA HISTORICIDADE

Em meados do século 19, alguns críticos chegaram à incrível conclusão de que Jesus nunca existiu. Hoje, talvez, nem mesmo os críticos mais ferozes, como os do “Seminário de Jesus”, ousam negar a existência histórica de Jesus Cristo, e isso devido aos muitos documentos a respeito de sua pessoa. Negar, hoje, a passagem de Jesus pela terra seria como assinar um atestado de obtusidade histórica ou se declarar descontextualizado com as novas descobertas.

Apesar da abundância de provas que temos sobre Jesus, muitos estudiosos amadores, levados pelo preconceito e pouca seriedade científica, especulam dizendo que não existem comprovações concretas da existência de Jesus fora dos evangelhos. Quando não, saem com o disparate de que só existem duas menções ao nome de Jesus fora dos livros religiosos (Novo Testamento e os escritos cristãos dos pais da Igreja), as quais se limitariam tão-somente a Flávio Josefo e Plínio. Isso mostra o tom preconceituoso e parcial com que tais estudiosos tratam os documentos cristãos históricos. Só porque a maioria dos testemunhos históricos sobre a existência de Jesus é de cunho religioso, esses testemunhos são postos sob suspeita.

É claro que, para quem conhece um pouco de história, isso não passa de falácia.

Fora os próprios evangelhos e os escritos dos pais da Igreja, temos, ainda, outros textos dos séculos 1o e 2o que mencionam Jesus Cristo. Podemos dividi-los em dois grupos: os documentos provindos de fontes judaicas e os documentos provindos de fontes pagãs. Eilos, em ordem:

8.1. Fontes Judaicas - Flávio Josefo

Josefo foi contemporâneo de Cristo e viveu até 98 d.C. É considerado um dos melhores historiadores antigos. Suas obras sobre o povo judeu são uma preciosidade histórica da vida helênica no século 1o. Em seu livro *Antiguidades judaicas*, faz algumas referências a Jesus. E, em uma delas, escreve: “Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio que praticou boas obras e cujas virtudes eram reconhecidas. Muitos judeus e pessoas de outras nações se tornaram seus discípulos. Pilatos o condenou a ser crucificado e morto. Mas aqueles que se tornaram seus discípulos pregaram sua doutrina. E afirmam que Jesus lhes apareceu

três dias após a sua crucificação e que está vivo. Talvez, Ele fosse o Messias previsto pelos maravilhosos prognósticos dos profetas" (XVIII,3,2).

O texto citado é uma versão árabe e, talvez, seja a que mais perto se aproxima do original. Muitos o colocam em dúvida dizendo ser uma interpolação de um escritor cristão. E alegam, ainda, que Josefo, na qualidade de judeu, nunca iria se reportar a Jesus dessa maneira. Mas parece que não há motivos fortes para isso. A verdade é que cada vez mais eruditos hoje em dia estão inclinados a aceitar essa versão do texto como fidedigna, embora admitam pequenas interpolações em algumas partes, como, por exemplo, a referência sobre a ressurreição e a declaração do messianismo.

Em outros lugares, Josefo registra a execução de João Batista (XVIII,7,2) e o martírio de Tiago, irmão de Jesus, que era "chamado Cristo" (XX,9,1): "Assim reuniu um conselho de juizes, perante o qual trouxe Tiago, irmão de Jesus, que era chamado Cristo, junto com alguns outros, e, tendo-os acusado de infração à lei, entregou-os para ser apedrejados".

Mesmo na versão russa, considerada polêmica, é lamentável ver como o preconceito de alguns críticos os impede de aplicar o bom senso na interpretação dessa passagem. Um cristão jamais usaria o verbo "ser" no passado, e isso é uma prova favorável contra uma suposta interpolação de algum escriba cristão, pois, com certeza, usaria a expressão "que é chamado o Cristo" e não a expressão "que era chamado o Cristo", como está no texto.

8.2. Talmude

A Encyclopaedia Britannica, ao mencionar os talmudes judaicos como fontes históricas sobre Jesus, finaliza o assunto da seguinte maneira: "A tradição judaica recolhe também notícias acerca de Jesus. Assim, no Talmude de Jerusalém e no da Babilônia incluem-se dados que, evidentemente, contradizem a visão cristã, mas que confirmam a existência histórica de Jesus de Nazaré".

A "contradição" mencionada pela referida enciclopédia é a acusação dos judeus de que Jesus realizava magia: "Na véspera da páscoa, eles penduraram Yeshua [...] ia ser apedrejado por prática de magia e por enganar Israel e fazê-lo se desviar [...] e eles o penduraram na véspera da páscoa" (Talmude Babilônico, Sanhedrim 43a).

Esses relatos da crucificação estão de pleno acordo com os evangelhos (Lc 22.1; Jo 19.31).

8.3. Fontes Pagãs - Plínio

No século 2o, quando o cristianismo atravessou as fronteiras do Império, os cristãos começaram a chamar a atenção dos pagãos. A difusão do cristianismo foi tão profusa que chegou a ser tema de uma correspondência política entre Plínio, o Jovem, procônsul na Ásia Menor, em 111 d.C., e Trajano. A carta dirigida ao imperador Trajano trata das torturas infligidas aos cristãos por seus pretensos crimes. Entre tais crimes, está o seguinte: "[Os cristãos] têm como hábito se reunir em um dia fixo, antes do nascer do sol, e dirigir palavras a Cristo como se este fosse um deus; eles mesmos fazem um juramento, de não cometerem qualquer crime, nem roubo ou saque, ou adultério, nem quebrarem sua palavra, nem negarem um depósito quando exigido. Após fazerem isso, despedem-se e se encontram novamente para a refeição..." (Plínio, Epístola 97).

É interessante ressaltar alguns detalhes nessa carta: Plínio relata fatos históricos importantíssimos, tais como: a Igreja em expansão e a adoração ao seu fundador — Cristo — "como se fosse um deus" (Christo quase deo).

Veja, Plínio não procura negar a existência histórica de Jesus.

8.4. Tácito

Cornélio Tácito (55-117), um dos mais famosos historiadores romanos, governador da Ásia em 112 a.D., genro de Júlio Agrícola, que foi governador da Grã-Bretanha, escreveu o

seguinte sobre Cristo: "O fundador da seita foi Crestus, executado no tempo de Tibério pelo procurador Pôncio Pilatos. Essa superstição perniciosa, controlada por certo tempo, brotou novamente, não apenas em toda a Judéia [...], mas também em toda a cidade de Roma" (Anais, XV,44).

O contexto dessa carta trata sobre o incêndio criminoso de Roma. Nero mandara incendiar Roma e usou os cristãos como bode expiatório. Tácito, apesar de não ser simpatizante do cristianismo, confirma, entretanto, fatos históricos importantíssimos, tais como: um personagem histórico chamado "Crestus" (Cristo), sua Igreja, sua morte e a expansão do cristianismo no século 1o.

Tácito tão-somente confirma o que já sabíamos pelos relatos evangélicos.

8.5. Luciano de Samosata

Escritor satírico do século 2o, conta, em sua obra *O peregrino*, a história de um cristão convertido e sua apostasia. O livro é recheado de zombarias. E, entre elas, uma referência ao fundador do cristianismo: "Depois daquele, para dizer a verdade, a quem eles ainda adoram, o homem que foi crucificado na Palestina porque introduziu este novo culto no mundo". Em outra parte, acrescenta que os cristãos continuam "adorando aquele mesmo sofista crucificado e vivendo segundo suas leis".

Há uma prova implícita nesse texto sobre o paradoxo "Jesus da história versus o Cristo da fé". Em suas linhas zombeteiras, encontra-se uma exposição precisa da fé da Igreja primitiva. O homem que os cristãos adoravam era o mesmo que fora crucificado e não um deus qualquer inventado pela imaginação da Igreja.

8.6. Suetônio

Historiador romano e oficial da corte de Adriano, Suetônio (70-160), escritor dos *Anais da casa imperial* (obra intitulada *Vida de Cláudio*, 25.4), conta que o imperador "expulsou de Roma os judeus em constante agitação por causa de Chrestus". E também que "Nero infligiu castigo aos cristãos, um grupo de pessoas dadas a uma superstição nova e maléfica".

Em Atos 18.1,2, Lucas faz referência à mesma expulsão.

Outros testemunhos seculares ao Jesus histórico incluem

8.7. Talo

Historiador samaritano, Talo (53 d.C.) é um dos primeiros escritores gentios a mencionar Cristo indiretamente. Tentando dar uma explicação natural para as trevas que ocorreram na crucificação de Jesus, afirmou: "O mundo inteiro foi atingido por uma profunda treva; as pedras foram rasgadas por um terremoto, muitos lugares na Judéia e em outros distritos foram afetados". Quanto a essa escuridão, Talos, no terceiro livro de sua história, diz o seguinte: "Como me parece sem razão, um eclipse do Sol".

8.8. Mara Bar-Serapião - 73 d.C. (?)

Homem sírio que, escrevendo ao seu filho Serapião sobre a busca da sabedoria, menciona Cristo como sábio, embora não o chame pelo nome, apenas como "rei dos judeus". Diz Mara Bar-Serapião — 73 d.C. (?): "Que vantagem têm os judeus executando seu sábio rei? [...] O rei sábio não morreu; Ele vive nos ensinamentos que deu".

8.9. Justino, o Mártir

Filósofo cristão que, ao escrever ao imperador Antonino Pio, desafia o regente a consultar os arquivos imperiais deixados por Pilatos sobre a morte de Jesus Cristo (Apologia 1.48).

No entanto, gostaríamos deixar claro que essas citações não têm a pretensão de provar a identidade de Cristo, ou seja, se Ele era ou não o Filho de Deus. Apenas mostram que os anais da história preservaram, por meio de documentos de pessoas não-cristãs, a história de um homem que viveu no século 1o, identificado com o Jesus bíblico. À primeira vista, talvez, pareça pouca a quantidade de informações que temos sobre Jesus, mas se confrontarmos Jesus Cristo com as inúmeras figuras indefinidas da história antiga, é surpreendente a quantidade de informações que ainda temos sobre Ele.

Se porventura fôssemos reconstituir a vida de Jesus a partir desses pequenos relatos, teríamos o suficiente para saber quem foi Jesus. Ora, tais relatos nos dão a informação básica sobre Jesus: um homem que viveu no século 1o, chamado Cristo, Filho de uma judia, operador de milagres, que reuniu em torno de si vários seguidores que o adoravam como Deus. Este homem foi crucificado sob o governo de Pôncio Pilatos. É claro que muitas partes dentro dessas passagens, como, por exemplo, em Josefo e Tibério, são até admissíveis de interpolações. Mas o caráter anticristão de seus autores é uma prova incontestável de sua veracidade. Plínio, Tibério e muito menos Luciano de Samosata não poderiam jamais ser acusados de falsidade. Logo, negar a confiabilidade de todas essas fontes que falam de Jesus com base em algumas insignificantes interpolações seria menosprezar toda a história antiga.

8.10. Por Que há Poucos Registros Sobre Jesus na História Secular?

Creio que podemos dar algumas razões que levaram as pessoas da época a não dar muita atenção ao cristianismo, registrando-o nos anais da história. Como aconteceu com os evangelhos, poucos foram os registros históricos que sobreviveram através dos séculos. E olha que são 21! Somado a isso, existe a pouca importância que os romanos davam aos judeus. Seria quase impossível um biógrafo gentio dar atenção a um carpinteiro pobre da Galiléia. O cristianismo nasceu em uma área remota, pouco relevante, do Império. Nas palavras de Méier, Jesus era, sem dúvida, um "judeu marginal".

Mas o que dizer das fontes judaicas? A repercussão não seria mais vultuosa dentro de Israel, já que Jesus vivia em constante confronto com as autoridades judaicas? Sim, seria! Todavia, devemos também levar em consideração o fato de que os judeus não quiseram dar importância a um "herege" e impostor, preferindo esquecê-lo no silêncio do anonimato. As primeiras menções que temos sobre os cristãos começam a partir do século 2o, quando, então, o cristianismo passou a ganhar força até mesmo nas camadas mais altas da sociedade.

8.11. Jesus, Um Mito?

O Jesus apresentado pelos evangelhos é fiel à realidade teológica ao que é dito a seu respeito ou Ele não passa apenas de um mito? Estamos diante de outra objeção levantada pelos críticos. A moderna crítica procura se basear na metodologia das ciências antropológicas e sociológicas para se chegar ao cerne da pessoa de Jesus. Todos sabemos que, de modo geral, floresceram, em torno dos grandes personagens da história antiga, mitos e lendas. Quanto mais antigo o personagem, mais suscetível de ser mitificado ele é. Ora, já que muitas lendas e mitos povoam a história de personagens como Buda, Maomé e Alexandre, o Grande, por que não admitirmos que o mesmo possa ter ocorrido com Jesus? O personagem que os evangelhos nos apresentam não seria um arquétipo que, com o passar dos anos, foi sendo construído pela mentalidade cristã? O verdadeiro Jesus não teria se perdido em meio às lendas e mitos criados em torno de sua pessoa pela Igreja primitiva?

Não negaremos o fato de que a literatura religiosa cristã do século 2o foi prodigiosa em inventar um retrato por vezes fantasioso de Jesus. Mas devemos ressaltar que tais obras eram oriundas de pseudocristãos e, de maneira nenhuma, refletiam a ortodoxia cristã da época.

Geisler e Nix observam que tais livros revelam “desmedida fantasia religiosa. Evidenciavam uma curiosidade incurável para descobrir mistérios não revelados nos livros canônicos [...] e exibem uma tendência doentia, mórbida, de dar apoio a idiossincrasias doutrinárias mediante fraudes aparentemente piedosas” (Introdução bíblica, p. 112).

Por exemplo, o evangelho de Tomé, no qual se escudam os críticos do “Seminário de Jesus”, é uma visão gnóstica dos supostos milagres da infância de Jesus que, em tais relatos, aparece como um pirralho com superpoderes, matando crianças e dando vida a bonecos de barro.

Méier, comentando sobre o conteúdo desse evangelho, tece a seguinte crítica: “... Muito material apócrifo provém dos meios cristãos ‘plebeus’ e não cultos, que não representam nem primitivas tradições confiáveis, nem teologia elevada, mas apenas curiosidade, a fascinação pelo bizarro e pelo milagroso (para não dizer mágico) e um mero desejo de entretenimento ‘religioso’”.

Consideremos, por um instante, outro evangelho, o “evangelho de Pedro” ou “evangelho da cruz”, no qual Jesus sai do túmulo com uma estatura gigantesca, que vai além do céu, enquanto a cruz sai da sepultura e começa a falar.

Tais relatos fantasiosos sobre Cristo, de per si, são uma prova incontestável de farsa. São lendas e mitos vestidos em um personagem real. Devemos levar em conta, porém, que mitos inventados em torno de Jesus não são uma prova definitiva de que o próprio Jesus seja um mito.

Outra objeção entrelaçada a essa se encontra alicerçada na falsa pressuposição de que a comunidade cristã copiou os relatos sobre o nascimento virginal de Jesus, seus milagres e sua ressurreição das antigas religiões pagãs de mistério. É sabido que em muitas culturas primitivas existem relatos de deuses que nasceram de modo miraculoso de virgens; de deuses que operaram milagres e ressuscitaram.

Todavia, a objeção de mitologia no cristianismo não procede, porque “para estas histórias serem legendárias, seria necessário muito tempo para a evolução e desenvolvimento das tradições”, conclui Craig.

Um mito demora tempo para se formar, mas vimos que os evangelhos tiveram, entre sua forma oral e sua forma escrita, um hiato de apenas duas décadas. Vejamos o que diz Will Durant, em seu livro A história da civilização: “Seria um milagre ainda mais incrível que apenas em uma geração uns tantos homens simples e rudes (pescadores muitos deles) inventassem uma personalidade tão poderosa e atraente como a de Jesus, uma moral tão elevada e uma tão inspiradora idéia da fraternidade humana” (Vol. 3 – César e Cristo).

E prossegue Durant, na mesma obra: “Não será a história do fundador do cristianismo um produto da aflição, da imaginação e da esperança humana — um mito comparável às lendas de Krishna, Osíris, Átis, Adônis [Dionísio] e Mitra? No século 1o, negar a existência de Jesus não parece ter ocorrido nem mesmo aos mais severos oponentes do novo credo, judeus ou pagãos”.

Daí a razão da censura de F. F. Bruce: “Alguns escritores podem brincar com a imaginação de um ‘cristo-mito’, mas eles não o fazem no campo da evidência histórica. A historicidade de Cristo é tão axiomática para um historiador imparcial como a de Júlio César. Não são os historiadores que propagam as teorias de um ‘cristo-mito’” (The New Testament documents: are they reliable?, Inter-Varsity Press, 1972, p.119).

Os apóstolos, certamente, sabiam a diferença entre lendas e fatos reais. Pedro assevera a confiabilidade histórica a respeito dos relatos evangélicos sobre Jesus: “Porque não seguimos fábulas engenhosas quando vos fizemos conhecer o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, pois nós fomos testemunhas oculares da sua majestade” (2Pe 1.16).

Sim, ser testemunha ocular é um fato que pesa muito na questão. E os apóstolos foram testemunhas oculares que receberam as informações de primeira mão e não escritores posteriores que costuraram tais relatos com lendas supersticiosas.

João, o apóstolo considerado um dos discípulos mais chegados do Senhor, dá seu testemunho pessoal a respeito da historicidade de Cristo: "O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e as nossas mãos apalparam, a respeito do Verbo da vida [...] sim, o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que vós também tenhais comunhão conosco" (1Jo 1.1-3).

Pedro, ao pregar à multidão de judeus, informa que todos conheciam os eventos da vida de Cristo agora proclamado por eles, ou seja, pelos apóstolos: "Varões israelitas, escutai estas palavras: a Jesus, o nazareno, varão aprovado por Deus entre vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis; a este, que foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, vós matastes, crucificando-o pelas mãos de iníquos" (At 2.22,23).

Paulo é ainda mais enfático. Ao dialogar com o rei Festo, relata que os fatos em que se baseia o cristianismo não foram inventados em algum lugar oculto: "Porque o rei, diante de quem falo com liberdade, sabe destas coisas, pois não creio que nada disto lhe é oculto; porque isto não se fez em qualquer canto" (At 26.26).

Lucas nos deixou a par desses eventos, porque, como ele próprio afirma, havia feito uma acurada pesquisa com as testemunhas oculares: "Visto que muitos têm empreendido fazer uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram, segundo no-lhes transmitiram os que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da palavra, também a mim, depois de haver investido tudo cuidadosamente desde o começo, pareceu-me bem, ó excelentíssimo Teófilo, escrever-te uma narração em ordem" (Lc 1.1-3).

Todos eles foram testemunhas oculares de fatos históricos. Todo o Novo Testamento estava completo já no século 1o. Caso os apóstolos estivessem inventando um personagem mitológico, seria fácil para aquelas testemunhas oculares desmentirem essa teodicéia evangélica, principalmente os opositores do cristianismo. Mas já vimos que, apesar dos documentos históricos desses adversários do cristianismo distorcerem a essência da mensagem cristã, nunca chegaram a rejeitá-la à classe dos mitos e lendas.

"Os discípulos não podiam se dar ao luxo de correr o risco de apresentar fatos inexatos (para não mencionar uma manipulação internacional dos fatos), os quais seriam imediatamente denunciados por aqueles que teriam imenso prazer em fazê-lo" (Evidência que exige um veredicto I, Josh MacDowell, Ed. Candeia, p. 79).

A bem da verdade, os relatos sobre Jesus e seus feitos diferem grandemente dos mitos pagãos. Um fato notável nesses mitos é sua tendência ao fantástico. Mas será que os evangelhos canônicos apresentam sinais mitológicos?

Comparemos, por exemplo, o relato do nascimento de Buda com o relato do nascimento de Jesus. A diferença entre os dois é abismal!

Dizem os registros sobre o nascimento de Buda que ele foi concebido no ventre da rainha Maya, durante o sono, por um elefante branco. Quanto a Jesus, lemos o seguinte: "Enquanto estavam ali, chegou o tempo em que ela havia de dar à luz, e teve a seu filho primogênito; envolveu-o em faixas e o deitou em uma manjedoura, porque não havia lugar para eles na estalagem" (Lc 2.6,7).

Por fim, Norman Geisler, citando C. S. Lewis, diz, a respeito dos relatos evangélicos, que "os registros são diretos e simples, escritos de forma histórica, não artística, por judeus rigorosos e sem atrativos, que não conheciam a riqueza mitológica do mundo pagão à sua volta" (Apologética, Ed. Vida, p. 605).

Um dos exemplos citados pelos críticos desses supostos plágios é justamente o caso do nascimento virginal, o qual iremos analisar no próximo capítulo.

9 - JESUS: SEU NASCIMENTO FOI UMA LENDA?

Antes de tecermos quaisquer comentários sobre o tema, é bom ressaltarmos que não é nossa intenção provar com argumentos teológicos a concepção virginal de Jesus. Afinal, isso é uma questão que ultrapassa os limites da pesquisa histórica, entra no âmbito da fé. O nosso objetivo é mostrar que os cristãos da época acreditavam realmente nesse dogma, não por causa de uma mitologia antecessora ao acontecimento cristológico, mas pelas evidências históricas disponíveis na ocasião.

As mitologias egípcia, babilônica e greco-romana quanto à questão da divindade de Jesus.

Sabemos que culturas bem anteriores à cultura judaico-cristã já acreditavam em teofanias.

Vejamos alguns exemplos:

9.1. Egito

Os faraós egípcios retratam bem o que estamos falando, pois centralizavam todo o poder em si mesmos e eram tidos como encarnação de Hórus, o grande deus, filho de Osíris (senhor dos mortos) e da deusa Ísis. Por conta de tal ostentação, os faraós conseguiram ter governabilidade extremamente teocrática e manter uma soberania durável, além de serem cultuados como divinos. O faraó não era meramente um representante dos deuses entre os homens, mas um dos deuses.

9.2. Mesopotâmia

As religiões mesopotâmicas abrangem as crenças e práticas religiosas que moldaram a cultura dos antigos sumérios e acadianos. E também de seus sucessores, os assírios e os babilônios, habitantes da Mesopotâmia até pouco antes da Era Cristã. Para eles, a escolha do rei, diferentemente da teofania egípcia, era uma eleição divina, ou seja, acreditavam que os reis mais valentes, perspicazes e vitoriosos deveriam ostentar o cetro real e governar por ordem dos deuses. Dos panteões dos deuses, podemos destacar dois principais: Marduk e Baal.

9.3. Roma Antiga

Segundo a lenda divulgada pelo grande escritor Vergílio, em 29 a.C., Rômulo e Remo foram os fundadores de Roma. A tradição conta que o usurpador Amúlio, após derrubar seu irmão Numitor do trono de Alba Longa, obrigou Réia Sílvia, filha de Numitor, a se converter em virgem vestal (sacerdotisa de Vesta, deusa do fogo), para que não gerasse descendência do antigo rei. Entretanto, a jovem Réia recebeu a visita do deus Marte, que lhe apareceu em forma de serpente. Da relação sexual de Réia com essa serpente, Rômulo e Remo foram concebidos. E, devido a esse sinal miraculoso, Roma foi fundada.

9.4. Os Apóstolos Ousariam Apelar Para Uma Mitologia Pagã?

A região da Mesopotâmia é o lugar em que encontramos maior similaridade com a cultura judaica, e vice-versa. Tanto é que os judeus também acreditavam em uma teocracia: “Então Samuel tomou o chifre do azeite, e ungiu-o no meio de seus irmãos; e desde aquele dia em diante o Espírito do Senhor se apoderou de Davi; então Samuel se levantou, e voltou a Ramá” (1Sm 16.13).

Isso, no entanto, não significa que os judeus tinham afinidades religiosas com os mesopotâmicos. Ao contrário, criou-se uma rivalidade entre eles. Prova disso é que tal

problemática foi um dos vários motivos de guerras entre os judeus e os povos antigos da região (V. os livros de Reis e Crônicas). Depois do cativeiro babilônico, os hebreus se fecharam ainda mais. No período helênico, aproximadamente no século 2o a.C., o povo hebreu resistiu bravamente à helenização cultural impetrada por Antíoco Epifânio, o que mostra a condição sociológica em que sempre se manteve o povo judaico — separado e antagônico em relação à mitologia pagã!

A contextualização sociológica da época de Cristo é extremamente relevante para que possamos entender se alguma mitologia havia-se infiltrado ou penetrado na cultura judaica. Quanto a esse assunto, R. L. Hoover explica o seguinte: “O judaísmo, no século 1o da Era Cristã, era uma religião baseada na revelação de Deus por meio das Escrituras, isto é, da lei e dos profetas. Os judeus enfatizavam o monoteísmo e não era permitido sequer louvar ou admitir a existência de qualquer outro deus”.

Estamos explicando tudo isso para que possamos responder às considerações daqueles que argumentam negativamente a respeito da concepção virginal de Jesus. Ou seja, para respondermos àqueles que acreditam que se não existissem as lendas que antecederam o fato cristão Jesus jamais teria sido aceito como o Messias que nascera de uma virgem.

9.5. Considerações Relevantes

A. O fato mais importante para a aceitação messiânica de Jesus era se Ele descendia da linhagem de Davi, pois todas as profecias afirmavam o seguinte a seu respeito: “Eis que vêm dias, diz o Senhor, em que levantarei a Davi um Renovo justo; e, sendo rei, reinará e agirá sabiamente, e praticará o juízo e a justiça na terra. Nos seus dias Judá será salvo, e Israel habitará seguro; e este será o seu nome, com o qual Deus o chamará: O Senhor, Justiça Nossa” (Jr 23.5,6; Mq 5.2). Por isso, tanto Mateus quanto Lucas deixaram claro que José e Maria eram descendentes da tribo de Judá — tribo de Davi (Mt 1 todo; Lc 3.23-38).

B. A profecia de Isaías 7.14, que afirma que a virgem conceberia, servia, para o momento cristológico, mais de embaraço para a exposição do evangelho do que para corroborar com a missão messiânica de Cristo. Explicamos: a aplicação imediata desse vaticínio seria uma nubente que fora virgem até a ocasião do seu casamento. Antes de o seu filho ter idade suficiente para distinguir entre o certo e o errado, os reis da Síria e de Israel seriam destruídos (Is 7.16). Ou seja, o fato já havia ocorrido como sinal na época do próprio profeta. Elucidar aos judeus que tal profecia teve um duplo cumprimento foi muito difícil para os discípulos de Cristo.

Já que Mateus e Lucas haviam provado a messianidade de Jesus pela genealogia davídica, seria muito mais aproveitável para a causa se os discípulos tivessem obliquado uma polêmica dessa envergadura que, de maneira nenhuma, tiraria a ótica messiânica cristã. Além do mais, exige muita credibilidade da parte dos críticos e dos céticos aceitar que autores judaicos, monoteístas como eram, poderiam empregar mitologia pagã em suas narrativas.

C. Os apóstolos e os discípulos cristãos eram judeus e tinham uma educação religiosa judaica, o que tudo indica que a sua maneira de pensar era bem diferente do pensamento greco-romano. E, por conta disso, no princípio da pregação evangélica, os seguidores de Cristo acreditavam que Jesus deveria ser primeiro apregoado, de maneira exclusivista, aos seus patrícios judeus. Só um pouco depois, mais precisamente após a experiência de Pedro junto à família gentílica de Cornélio, esse paradigma foi alterado e o evangelho, pregado a todos (At 10).

D. A sede da Igreja ficou em Jerusalém até a sua destruição por Tito, em 70 d.C. Isso, com certeza, protegeu a teologia cristã em seu alicerce contra o sincretismo religioso que vigorava no mundo romano.

Enumeramos essas quatro ocorrências para mostrar que os discípulos não levariam vantagens em inventar um embuste como esse na propagação do evangelho, principalmente entre os judeus. Jesus poderia ter sido pregado sem necessariamente expor seu nascimento virginal. Seria falta de critério uma pregação com mitos greco-romanos dentro do contexto

judaico oriental, a não ser que os apóstolos acreditassem mesmo que Jesus era nascido de uma virgem.

A Igreja Apostólica nunca teve dúvida sobre a questão de Jesus ter sido concebido por uma virgem. Os primeiros líderes da Igreja cristã, chamados de pais da Igreja, corroboraram positivamente com os ensinamentos dos apóstolos. Em 110 a.D., Inácio escreveu: "Pois nosso Deus Jesus Cristo [...] foi concebido no ventre de Maria [...] pelo Espírito Santo. Pois a virgindade de Maria e Aquele que dela nasceu [...] são os mistérios mais comentados em todo o mundo". Inácio recebeu a informação de seu mestre, o apóstolo João.

Aristides, em 125 a.D., fala do nascimento virginal de Jesus: "Ele é o próprio Filho do Deus excelso que se manifestou pelo Espírito Santo, desceu dos céus e, nascido de uma virgem hebreia, encarnou-se a partir da virgem".

Em 150 a.D., Justino ofereceu muitas provas a favor da ideia do nascimento milagroso do Senhor: "Nosso Mestre Jesus Cristo, que é o primogênito de Deus Pai, não nasceu como resultado de relações sexuais [...] O poder de Deus, descendo sobre a virgem, cobriu-a com sua sombra e fez que, embora ainda virgem, concebesse".

O primeiro grande cristão de fala latina foi o advogado convertido Tertuliano, que nos informa que, em seus dias (200 a.D.), existia não apenas um credo cristão estabelecido, sobre o qual todas as igrejas concordavam. E cita esse credo quatro vezes, o qual inclui as palavras *ex virgine Maria*, que significa: "da Virgem Maria", dando a entender claramente que Cristo nascera de uma mulher virgem.

O historiador e erudito R. E. Brown ainda comenta: "Paralelos não judaicos têm sido encontrados nas religiões mundiais (o nascimento de Buda, de Krishna e do filho de Zoroastro), na mitologia greco-romana, no nascimento dos faraós (com o deus Amon-Rá agindo por intermédio de seu pai) e no nascimento sensacional dos imperadores e filósofos (Augusto, Platão, etc.). Mas esses 'paralelos' sempre envolvem um tipo de hierogamos em que um macho divino, em forma humana ou em outra, insemina uma mulher, seja por meio do ato sexual normal, seja por meio de uma forma substituta de penetração. Eles não são realmente semelhantes à concepção virginal não sexual que está no âmago das narrativas da infância de Jesus, concepção esta em que nenhum elemento ou deidade macho insemina Maria [...] Portanto, nenhuma busca por paralelos nos tem dado explicação verdadeiramente satisfatória de como os primitivos cristãos chegaram à ideia de uma concepção virginal — a menos, é claro, que ela realmente tenha acontecido historicamente".

Independente de se acreditar ou não no milagre do nascimento virginal de Cristo, para nós, nesta exposição, é mais relevante mostrar que os primeiros cristãos só teriam motivos para falar desse nascimento misterioso caso realmente acreditassem nesse milagre. Então, podemos afirmar que qualquer conjectura de uma ideologia pagã no seio primitivo da Igreja para elevar Cristo ao status de divino seria falar de uma incongruência muito grande, seria desconhecer a cultura judaica e sua grande complexidade.

Geisler observa, com muita perspicácia, que "nenhum mito grego ou romano fala da encarnação literal de um Deus monoteísta em forma humana (Jo 1.1-3,14) por meio de um nascimento virginal literal (Mt 1.18-25), seguido pela morte e ressurreição física". E continua: "Histórias de deuses gregos se tornando humanos por meio de eventos milagrosos como um nascimento virginal não foram anteriores, mas, sim, posteriores à época de Cristo (Yamauchi)".

Compare as narrativas do nascimento de Buda nos *Lalita Vistara* com os de Jesus Cristo nos evangelhos. Tanto Buda quanto o Cristo dos evangelhos apócrifos estão cercados de eventos fantasiosos, beirando o ridículo. Agora, compare a sobriedade com que Lucas descreve o nascimento de Jesus: "Enquanto estavam ali, chegou o tempo em que ela havia de dar à luz, e teve a seu filho primogênito; envolveu-o em faixas e o deitou em uma manjedoura, porque não havia lugar para eles na estalagem" (Lc 2.6,7).

Os eventos que marcam o nascimento, vida e morte de Jesus são acompanhados de alguma referência histórica: "Naqueles dias saiu um decreto da parte de César Augusto, para que todo o mundo habitado fosse recenseado. Este primeiro recenseamento foi feito quando Quirino era governador da Síria" (Lc 2.1,2).

10 - JESUS E SEUS MILAGRES

“Varões israelitas, escutai estas palavras: a Jesus, o nazareno, varão aprovado por Deus entre vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis” (At 2.22).

O cristianismo é uma religião de milagres. C. S. Lewis observa: “Todos os essenciais do hinduísmo ficariam sem impedimento, creio eu, se fossem substituídas as partes milagrosas, e o mesmo quase se pode aplicar ao maometismo, mas isso não pode acontecer no cristianismo [...] Um cristianismo naturalístico omite tudo aquilo que é especificamente cristão”.

Jesus realizou vários milagres durante seu ministério, os quais podem ser enquadrados em três categorias: 1) Os milagres de curas; 2) Os milagres sobre as forças da natureza; e 3) Os milagres sobre a morte (ressurreições).

Acreditar em milagres é algo natural e até imprescindível para o cristão. O cristianismo é uma religião de milagres. A história da vida terrena de seu fundador começa com um milagre: seu nascimento virginal (Mt 1.18-25). E termina com outro milagre: sua ressurreição (Mt 28.1-10).

Garvie declara: “Um Cristo que, sendo Filho de Deus e buscando se tornar o Salvador dos homens, não operasse milagre algum, seria mais difícil de compreender e acreditar do que o Jesus relatado tão coerentemente nos evangelhos” (MacDowell I, p. 160).

No entanto, os críticos acreditam que milagres não podem acontecer. Logo, tudo o que se refere a eventos milagrosos na Bíblia é relegado a meras lendas e superstições.

Para exemplificar isso, começaremos com o filósofo judeu Benedict Spinoza. Defensor do conceito newtoniano (Isaac Newton, cientista inglês) sobre a natureza, Spinoza insistiu “que, então, nada acontece na natureza em transgressão às suas leis universais, não, coisa nenhuma está de acordo com isso e segue esse conceito [...] ela [a natureza] permanece firme e imutável”. E mais, disse ele: “Um milagre, se transgride a, ou está além da natureza, não é mais do que um absurdo”. Spinoza era dogmático quanto à impossibilidade de milagres quando proclamou: “Podemos, então, estar completamente certos de que cada evento [fato, acontecimento, neste caso, os milagres] descrito na Escritura passou, assim como todos os demais, segundo as leis naturais”.

Em apoio à sua premissa crucial, Spinoza insistiu em que a natureza “permanece firme e imutável”. Isso quer dizer que tudo “necessariamente ocorreu [...] segundo as leis naturais”. E “nada acontece na natureza em transgressão às suas leis naturais”.

As leis naturais e a ciência moderna têm-se tornado o “deus” deste século. Paulu E. Little coloca a questão da seguinte maneira: “O problema real não é, pois, o assunto dos milagres ou das profecias, mas o conceito de Deus. Uma vez que aceitamos a existência de Deus, não há problemas quanto aos milagres, porque Deus, por definição, é onipotente” (Você pode explicar sua fé?, p. 83).

Mas os críticos aprisionam Deus dentro de seu calabouço racionalista de modo que o Senhor se torna prisioneiro das próprias leis que criou. Mesmo se Deus quisesse, não poderia operar num mundo de leis fixas, rígidas e imutáveis. No entanto, esta visão de universo mecanista fechado já não prevalece mais hoje em dia. Muitos cientistas acreditam que estamos em um universo aberto onde, algumas vezes, as leis fixas newtorianas não podem servir de base para o cientista atual.

Analisaremos, agora, algumas das muitas objeções levantadas pelos céticos em relação a Jesus e seus milagres.

10.1. Os Milagres são Contrários às Leis da Natureza

Esta é a primeira objeção. Mas a própria etimologia da palavra, por si só, mostra que os milagres não estão sujeitos à natureza, antes, são de caráter sobrenatural. Na verdade,

umas das definições que o dicionário dá ao termo é: “Feito ou ocorrência extraordinária, que não se explica pelas leis da natureza”.

Hoje em dia, os cientistas estão fazendo descobertas que contrariam as leis mecânicas da física de Newton. Estamos em um universo aberto onde muitas ações não precisam de leis físicas imutáveis para se concretizar. E isso é uma prova cabal de que os milagres podem acontecer!

10.2. Os Milagres Foram Projetados Pelos Discípulos

Segundo os céticos, a Igreja estava criando seu herói e, para isso, precisava de atos miraculosos para adornar suas ações. Contudo, ao lermos as narrativas dos evangelhos, não vemos somente os apóstolos, mas também Pedro, jogando em rosto a veracidade de tais milagres que, na maioria das vezes, eram operados em público (Lc 19.37; At 2.22).

Até mesmo seus inimigos não podiam negar a realidade dos milagres, por isso tentavam dar para eles outra explicação, como, por exemplo, que eram provenientes de forças do mal: “Mas os fariseus, ouvindo isto, disseram: Este não expulsa os demônios senão por Belzebu, príncipe dos demônios” (Lc 11.15).

Quando não, tentavam matar os apóstolos, para que o povo não os seguisse por causa dos milagres, como aconteceu no episódio da ressurreição de Lázaro: “Então os principais sacerdotes e os fariseus reuniram o Sinédrio e diziam: Que faremos? Porquanto este homem vem operando muitos sinais [...] Desde aquele dia, pois, tomavam conselho para o matarem” (Lc 11.47-53).

Os milagres de Jesus foram encarados como mágica pelos judeus, pois nos Talmudes está dito que “Jesus praticou magia e fez Israel se desviar”. Seus inimigos, conquanto não acreditassem em Jesus, jamais chegaram a dizer que os milagres eram lendas criadas em torno do Filho de Deus. Antes, encaravam seus milagres como históricos.

10.3. As Curas Eram Apenas Psicossomáticas

As curas realizadas por Cristo eram verdadeiras ou apenas psicossomáticas? Por psicossomático entendemos as influências psíquicas (emoções, desejos, medo, etc.) produzindo reações orgânicas, isto é, a influência da mente sobre o corpo. Era esse, decerto, o tipo de cura que Jesus realizava? Talvez, algumas doenças possam se enquadrar nesse item, mas não todas.

Jesus operava curas que estavam além dessa esfera, como, por exemplo, as doenças congênitas: cego de nascença, paráliticos, surdos, etc. Há, também, os leprosos, que, dificilmente, poderiam ser enquadrados nos casos de doenças psicossomáticas. Os partidários dessa hipótese sugerem que Jesus exigia fé das pessoas (Mt 13.58) quando ia operar as curas. Na opinião desses céticos, Jesus sugestionava as pessoas, como fazem muitos curandeiros e hipnotizadores hoje em dia. Mas essa teoria da sugestão falha por não levar em conta que a exigência da fé não era condição sine qua non para que uma pessoa fosse curada. Houve pessoas de quem não se exigiu fé (Jo 5.6). Esse tipo de cura, segundo os especialistas, só funciona em casos de doenças nervosas. Mas muitas curas efetuadas por Cristo envolviam lesões em tecidos ósseo e muscular, algo impossível de ser realizado por sugestão de terceiros. Na verdade, há registro de curas que Cristo realizou a distância, como foi o caso do servo do centurião romano (Mt 8.5-13).

10.4. Os Milagres Eram Fraudulentos

Sabemos que realmente existem fraudes e charlatanismo em muitos milagres das religiões. Por exemplo, a revista Época noticiou, em 27/10/03, que a cura que levou Madre Teresa de Calcutá a ser beatificada não passava de fraude. O suposto milagre da “santa” foi detectado como uma cura de câncer no estômago de uma mulher. Todavia, o médico que avaliou a paciente disse que não se tratava de câncer, mas de tuberculose, enfermidade que fora tratada com medicamentos.

Há fraudes nos meios cristão e pagão, mas isso não quer dizer que as curas de Cristo estejam nessa categoria. Se há moedas falsas no mercado é sinal de que existem as verdadeiras! Um exemplo claro da diferença dessas duas categorias se encontra em Atos dos Apóstolos. Simão fora um mágico que enganara as pessoas por longo tempo com artes mágicas e todos o consideravam como tendo “o grande poder”. No entanto, ao ser confrontado com o verdadeiro poder de Deus operado pelas mãos dos apóstolos, esse personagem se convenceu da veracidade divina e abandonou as artes mágicas com as quais enganava o povo (At 8.8-20). O próprio Simão viu a diferença entre os milagres verdadeiros e os falsos!

10.5. Milagres Não Existem

Esta objeção parte da idéia racionalista de observação. Ou seja, se não se realizam mais milagres hoje em dia é porque tais milagres nunca existiram. Esse pensamento é um grande erro, porque nem todas as coisas que aconteceram no passado são passíveis de repetição na atualidade.

Se perguntarmos aos cientistas evolucionistas por que não vemos mais a evolução dos macacos, de acordo com as leis da teoria da evolução, hão de nos dizer que tal evolução só funcionou em dado momento da história, que hoje em dia ela não funciona mais. Ora, se os próprios céticos possuem exemplos desse tipo, por que então descartar os milagres baseados nessa mesma hipótese?

11 - JESUS – DOS DOZE AOS TRINTA ANOS

Num primeiro momento, a pergunta “O que fez Jesus dos doze aos trinta anos?” não oferece nenhum problema. A curiosidade sobre esse fato é normal. O problema começou quando certos grupos religiosos, ligados ao movimento Nova Era, pretenderam respondê-la utilizando fontes duvidosas.

Como sabemos, esses movimentos rejeitam toda cultura judaico-cristã do Ocidente, logo, rejeitam também as Sagradas Escrituras como padrão de verdades religiosa e histórica. Em seu lugar, ou seja, no lugar da Bíblia, abraçam toda sorte de idéias, filosofias e doutrinas orientais, principalmente as hindus. Conseqüentemente, a figura que emergiu daí é completamente estranha ao Jesus (o filho de Maria) apresentado nas páginas dos evangelhos.

Ao invés do carpinteiro de Nazaré, seguidor do judaísmo de sua época, foi pintado o quadro de um asceta hindu, viajante oriental, aluno de gurus e praticante de todo um misticismo que os cristãos jamais imaginaram fazer parte do comportamento de Jesus. Segundo afirmam, Jesus teria viajado ao Extremo Oriente, após o incidente no templo de Jerusalém (Lc 2.46), e se iniciado nas doutrinas e práticas da Índia e do Tibete. Na verdade, os adeptos da Nova Era criaram um Jesus à sua própria imagem e semelhança, para que, assim, pudessem justificar todas as suas práticas ocultistas.

Como fez outrora o kardescismo, os novaerenses não poderiam também deixar de incluir Jesus (a quem chamam de Issa ou Isa, seu nome no Alcorão) em seu círculo. Qualquer movimento religioso que queira alcançar destaque no Ocidente terá de incluir Jesus de alguma forma em seu credo, nem que para isso seja preciso “criar seu próprio Jesus”. Mas apenas usar o nome ou a figura de Jesus não é suficiente. Por isso, Paulo advertiu os cristãos em Corinto: “Mas temo que, assim como a serpente enganou Eva com a sua astúcia, assim também sejam de alguma sorte corrompidos os vossos sentidos, e se apartem da simplicidade que há em Cristo. Porque, se alguém for pregar-vos outro Jesus que nós não temos pregado, ou se recebeis outro espírito que não recebestes, ou outro evangelho que não abraçastes, com razão o sofrereis” (2Co 11.3,4).

11.1. Inconformados com o Jesus Bíblico

O Jesus bíblico não agrada as pessoas, sejam elas do tipo intelectuais acadêmicos ou místicos religiosos. Assim, acabam apresentando um Jesus totalmente às avessas do que é declarado na Bíblia.

Para tanto, esses movimentos, encabeçado por adeptos da Nova Era, lançaram mão de um período de silêncio biográfico sobre Jesus para que pudessem tecer um amontoado de informações que, longe de acrescentarem algo ao conhecimento do Filho de Deus, distorceram-no completamente.

Dessa forma, sem quaisquer evidências, baseiam-se em mistificações e boatos estranhos e duvidosos. O resultado só poderia ser alguém completamente estranho às características de Jesus, conforme nos é mostrado, de forma tão clara, nas páginas do Novo Testamento.

11.2. Documentos Versus Divagações

Entre as fontes que se propõem a contar o que ocorreu com Jesus entre os doze e trinta anos, está o que os adeptos da Nova Era chamam de “arquivos ou registros akáshicos”, que, segundo eles, trata-se de um espaço invisível, simbolizado pelo éter, também conhecido como “reservatório cósmico de memórias individuais”, o que seria uma espécie de “memória do Universo” para os esotéricos.

Nesses registros, segundo supõem, estão escritas todas as palavras, ações e pensamentos de todos os seres e de todos os indivíduos que já existiram ou existem no Universo. Afirmam, ainda, que somente as pessoas iniciadas no esoterismo conseguem consultar essas informações.

Foi baseado nesses registros que Levi H. Dowling, ex-capelão do Exército americano, escreveu o livro *O evangelho de Jesus, o Cristo, para a Era de Aquário*. Tal obra contém muitos relatos da peregrinação de Jesus (ou Issa) pelo Extremo Oriente. O capítulo 23 ressalta que Jesus esteve na Índia e “procurou aprender a arte hindu de curar, de modo que se tornou discípulo de Udraka, o maior dos curadores hindus”. Após aprender alguns conceitos sobre cura, Jesus teria baixado “a cabeça em reconhecimento pela sabedoria daquela alma superior e seguiu seu caminho”.

O livro também diz que Jesus esteve em um templo em Lhasa, capital do Tibete, onde conheceu o grande sábio oriental Meng-Tse, que o ajudou a ler os manuscritos antigos: “E Meng-Tse abriu as portas do templo de par em par e todos os sacerdotes e mestres deram as boas-vindas ao sábio hebreu”.

O grande problema com essas e outras passagens é que elas são estranhas ao que lemos sobre Jesus no Novo Testamento. Jesus jamais curvou a cabeça ou teve qualquer atitude que lembrasse o misticismo hindu. Nem mesmo a história registra algum grande sábio oriental por nome Meng-Tse. Então, fica a pergunta: “Que credibilidade podemos dar às informações retiradas de um arquivo que ninguém pode ver? Alguém pode dizer que são confiáveis?”.

Tudo isso se torna mais discrepante quando comparamos as duas fontes de informações — as do Jesus bíblico e as dos registros atávicos. Lucas comenta, na introdução de seu evangelho: “Tendo, pois, muitos empreendido pôr em ordem a narração dos fatos que entre nós se cumpriram, segundo nos transmitiram os mesmos que os presenciaram desde o princípio, e foram ministros da palavra, pareceu-me também a mim conveniente descrevê-los a ti, ó excelente Teófilo, por sua ordem, havendo-me já informado minuciosamente de tudo desde o princípio; para que conheças a certeza das coisas de que já estás informado” (1.1-4).

O texto bíblico em referência mostra que, ao lidarmos com o Novo Testamento, estamos lidando com documentos históricos escritos por testemunhas oculares ou por investigadores que tiveram contato com essas testemunhas oculares. Isso está em aberto

contraste com aqueles que dizem ter retirado suas informações de um suposto arquivo invisível, acessível apenas a um restrito grupo de pessoas exóticas.

11.3. Documentos Fidedignos Versus Documentos Duvidosos

Outra fonte que procura informar as atividades de Jesus entre os doze e trinta anos é descrita pelo jornalista russo Nicolai Notovitch, que teria, em 1887, quando então com 29 anos, conhecido o mosteiro budista de Hemis, em Ladakh, no Norte da Índia. Foi lá que soube da existência de escritos tibetanos sobre um misterioso profeta chamado “Santo Issa” e cujos dados sobre sua vida eram muito semelhantes aos dados da vida de Jesus de Nazaré. Segundo o jornalista, o reverendo abade do mosteiro budista traduzia e lia os escritos, às vezes incompletos, e o jornalista, por sua vez, tomava nota de tudo.

Esses supostos escritos afirmavam que um adolescente de Israel chamado Issa tinha fugido de casa e chegado àquela região trazido por mercadores com o objetivo de se preparar espiritualmente. Os textos diziam ainda que esse suposto Issa foi discipulado nos mosteiros budistas e hindus.

Antes de darmos crédito a tais relatos, seria bom compararmos documentalmente nossos evangelhos com as narrações do jornalista russo. Segundo o escritor Josh McDowell, existem hoje, aproximadamente, 24 mil cópias antigas do Novo Testamento, mais do que qualquer outro livro da antiguidade, as quais são suficientes para confirmar a historicidade de Jesus.

Em nenhum lugar, esses textos fazem qualquer referência à visita de Jesus ao Extremo Oriente ou apresenta qualquer ensino ou prática que lembre os hindus e os budistas ou suas escrituras. Portanto, fundamentar-se em um manuscrito obscuro, do qual até hoje ninguém, além de Nicolai Notovitch, tem conhecimento, para saber quem é Jesus é algo fora de lógica. Seria o equivalente a abraçar boatos e a rejeitar documentos históricos.

11.4. Jesus, o Judeu de Nazaré da Galiléia

Quando lemos os relatos bíblicos da vida de Jesus, ficamos convencidos de que sua viagem à Índia, entre os doze e trinta anos, é uma divagação de homens que querem transtornar o cristianismo, “deformando” a pessoa de Jesus para embasar seus ensinamentos.

Quando Jesus começou seu ministério, todos o identificaram como alguém de seu meio:

- Filho do carpinteiro, irmão de Tiago, José, Simão e Judas (Mt 13.55).
- Carpinteiro, filho de Maria (Mc 6.3).
- Filho de José (Lc 4.22).

O epíteto “Jesus de Nazaré” ou “Jesus Nazareno” era o identificador de uma de suas principais características. Os apelidos, que funcionavam como sobrenome, geralmente eram dados de acordo com um fator importante que servia para distinguir uma pessoa de outra pessoa com o mesmo nome. Esse acréscimo ao nome poderia ser a filiação, como, por exemplo, “Simão Barjonas”, isto é, filho de Jonas (Mt 16.17). Poderia ser de função, como João, o Batista (Mt 3.1), ou Simão, o curtidor (At 10.6). Poderia ser de qualidade, como “Boanerges”, que significa “filhos do trovão”, como no caso de Tiago e João (Mc 3.17). Ou, ainda, poderia ser de lugares, como José de Arimatéia (Jo 19.38).

No caso de Jesus, todos o identificavam como sendo de Nazaré, pequena cidade da Galiléia. Em nenhuma parte dos evangelhos há qualquer menção, por menor que seja, que relacione Jesus a outra localidade geográfica. Se Jesus tivesse passado esses dezoito anos em outro lugar, não o teriam identificado como sendo de Nazaré, mas, sim, de outro lugar.

Ainda que se tratando de outro contexto, podemos usar aqui a ilustração sugerida por Hank Hanegraaf para refutar as especulações do “Seminário de Jesus” sobre o local do nascimento de Cristo: “Irineu de Lião (c.175—195) provavelmente nasceu em Smirna, onde possivelmente estudou enquanto menino, e ensinou em Roma antes de se mudar para Lião”.

Hank continua citando Luciano de Antioquia, Paulo de Constantinopla e outros para, finalmente, concluir: “Estes homens nasceram em um lugar e depois se mudaram para outro, com o qual seus nomes ficaram associados. Foi justamente o que aconteceu com Jesus, que nasceu em Belém, mas viveu a maior parte de sua vida em Nazaré” (Lc 4.16).

11.5. Os Ensinos de Jesus Versus Hinduísmo e Budismo

Para alguém que supostamente passou toda a sua juventude na Índia, isso é estranho:

- Jesus ensinava a ressurreição, não a reencarnação (Mt 22.29-32; Lc 16.19-31).
- Jesus dizia que os seres humanos valem mais do que os animais (Mt 6.26).
- Jesus cria em um único Deus (Mc 12.29,30).
- Jesus comia carne de animais (Lc 24.40-44).
- Jesus colocava os judeus como sendo o principal povo (Jo 4.22).

Tudo isso está em explícito contraste com os ensinamentos do hinduísmo e do budismo. Portanto, não há quaisquer evidências ou sinais, por menores que sejam, que indiquem que Jesus esteve na Índia. E se os evangelhos não são explícitos sobre o período da vida de Jesus dos doze aos trinta anos, é porque esse período não foi o mais importante de sua vida. Mas, infelizmente, os homens que rejeitam o verdadeiro Cristo querem fazer o silêncio falar demais. Não se conformam com Jesus tal como Ele é e se apegam a um Jesus que não pode salvar.

12 - CONCLUSÃO

É claro que a abordagem apologética que acabamos de fazer do Novo Testamento não esgota o assunto. Existem muitos outros pontos que poderiam ser abordados, mas que ultrapassariam o escopo desta disciplina. Todavia, procuramos ressaltar os aspectos mais importantes sobre os problemas enfrentados pelo Novo Testamento frente à artilharia dos críticos liberais e das seitas não-cristãs.

O nosso intuito, aqui, foi mostrar que a nossa fé pode ser defendida dentro dos limites das ciências humanas e da revelação divina. Afinal de contas, a fé não se limita a um Cristo espiritual, mas ao Verbo que se fez carne e habitou entre nós. Existem fatos argumentados históricos que o cristianismo pode lançar mão para sustentar sua veracidade. E o estudante atento pode usar esses argumentos para aprimorar sua defesa perante aqueles que “pedirem a razão da esperança que há em nós”.

E é assim que nesses dois mil anos de cristianismo a nossa religião conseguiu passar pelo crivo do escrutínio popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUCE, F. F. Merece Confiança o Novo Testamento? São Paulo: Edições VIDA NOVA, 2004.